

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO

empauta

Ano XIII nº 27 julho 2022



Uma jornada pela qualidade

Marcando o fim do distanciamento imposto pela pandemia, TCE maranhense investe no diálogo interno voltado para o aprimoramento das atividades de controle



Leia no portal do TCE
www.tce.gov.br



20 | **ESPECIAL** Jornada fortalece diálogo interno

2 | **EDITORIAL**

3 | **ENTREVISTA**
Jairo Cavalcanti

9 | TCE inova em sistemas de TI

12 |



ARTIGO

Audidores sociais: sonho ou realidade possível.
Por Alexandre Walraven

14 | TCE e UFMA:
acordo tecnológico



17 |



Cartilha: Controle externo para público jovem

30 | Ações culturais mobilizam instituição



38 | Audiências de controle voltam após eleições



DINAMIZANDO A ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

A busca da excelência no cumprimento da missão institucional do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) passa pela constante reflexão sobre os procedimentos executados no ambiente organizacional e os resultados que são entregues aos cidadãos.

Outro aspecto crucial desse processo são as iniciativas que contribuem para o aprimoramento da qualificação dos servidores do TCE, coordenadas primordialmente pela Escola Superior de Controle Externo (Escex).

A realização da I Jornada de Controle Externo do TCE, que teve por tema “Autonomia, efetividade e integração: o TCE maranhense na era digital”, permitiu que os servidores debatessem em profundidade aspectos cruciais para que o TCE consiga exercer o controle externo de modo cada vez mais efetivo. Confira tudo sobre esse momento especial em reportagem que começa na página 20.

Em continuidade às ações que têm como finalidade contribuir para a elevação da qualidade da gestão pública, o TCE constituiu e já estão em atividade as comissões responsáveis pelos indicadores do Marco de Medição de Desempenho (MMD). Você confere tudo que está sendo realizado em relação a essa importante iniciativa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon, em reportagem na página 6.

No plano cultural, a cena está bastante movimentada no

TCE maranhense. Reportagem que começa na página 30 apresenta um conjunto de ações que foram realizadas nesse campo, sempre com grande participação dos servidores, merecendo destaque o lançamento do livro do servidor João Carlos Pimentel, “Cantanhede – Memórias terceiras”, que registra fatos peculiares ligados às cidades de Itapecuru Mirim e Cantanhede.

Outro registro que merece especial atenção no ano em curso são os dez anos de existência do Ministério Público de Contas junto ao TCE. Na entrevista desta edição de “TCE Em Pauta”, página 3, o atual procurador-chefe do MPC, Jairo Cavalcanti Vieira, fala sobre a missão da instituição, sua forma de atuação, os principais resultados obtidos e as metas e perspectivas para os próximos anos.

Nesta edição, entre outros temas, você confere também reportagens sobre as inovações tecnológicas que estão sendo adotadas pelo TCE, sobre as normas para a implementação do teletrabalho pela instituição e sobre o início das atividades da Especialização em Ciência de Dados, que está sendo oferecida aos servidores do TCE em razão de convênio celebrado com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Boa leitura! @p



Presidente

Joaquim Washington Luiz de Oliveira

Vice-Presidente

Álvaro César de França Ferreira

Corregedor

João Jorge Jinkings Pavão

Ouvidor

José de Ribamar Caldas Furtado

Conselheiros

Edmar Serra Cutrim
Marcelo Tavares Silva
Raimundo Oliveira Filho

Conselheiros Substitutos

Antônio Blecaute Costa Barbosa
Melquizedeque Nava Neto
Osmário Freire Guimarães

Ministério Público de Contas

Douglas Paulo da Silva
Flávia Gonzalez Leite
Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador-chefe

Jairo Cavalcanti Vieira

empauta

*Informativo semestral
do Tribunal de Contas
do Estado do Maranhão*

Assessoria

de Comunicação

Alexandre Vale
Fernando Abreu
João Carlos Raposo Moreira
Mariana Durans Matos
Nancy Campos
Ribamar Martins

Projeto Gráfico, Editoração e Ilustrações

Ribamar Martins
Mariana Durans Matos

Fotos

Ascom

* Os artigos publicados nesta revista não refletem, necessariamente, a opinião do TCE-MA.

“A PRINCIPAL RESPONSABILIDADE DE NOSSA INSTITUIÇÃO É DEFENDER O INTERESSE PÚBLICO”

Em 2022 o Ministério Público de Contas do Maranhão (MPC-MA) celebra 15 anos de atuação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA).

Instituição fundamental para a efetividade das ações de controle externo realizadas pelo TCE maranhense, o MPC tem se destacado ao longo desses anos por uma atuação voltada ao combate à corrupção como forma de contribuir no processo de aprimoramento da gestão pública. Na entrevista a seguir, o procurador-chefe do MPC, Jairo Cavalcanti Vieira, fala sobre as atribuições constitucionais da instituição, suas estratégias de atuação, a importância da participação social no processo de combate à corrupção e os desafios e perspectivas do MPC para os próximos anos. Confira.

TCE Em Pauta: Quais são as atribuições constitucionais do Ministério Público de Contas?

Jairo Vieira – Todo Ministério Público tem como responsabilidade principal defender o interesse público. No caso do Ministério Público de Contas, esta responsabilidade é específica junto ao Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas fiscaliza os gestores públicos, enquanto o Ministério Público de Contas acompanha o trabalho do Tribunal de Contas no intuito de assegurar que este seja feito de maneira que atenda ao interesse da coletividade e à ordem jurídica. Para isso, o Ministério Público de Contas comparece às sessões do Tribunal, se manifesta em todos os processos que são levados a julgamento, pode interpor recurso das



decisões do Tribunal, promove medidas para cobrança dos valores de ressarcimento e de multas aplicadas pelo Tribunal, faz representações para que o Tribunal realize fiscalizações, adote medidas urgentes ou sancione gestores públicos, e encaminha informações para instituições da Rede de Controle da Gestão Pública.

P – Como o MPC atua para que essas atribuições sejam cumpridas de modo efetivo?

Jairo Vieira – As várias atribuições do MPC exigem atuações diversas, de acordo com a natureza da situação. O acompanhamento dos processos que tramitam no Tribunal de Contas é feito através da emissão de pareceres por escrito, nos quais são registradas as análises dos Procuradores de Contas, com o auxílio dos Assessores de Procurador, a partir dos elementos que são encontrados em cada processo. Já durante o comparecimento à sessões do

Tribunal, a atuação se dá por meio de uso da palavra, participação nas discussões, prestação de esclarecimentos e pedido de vistas dos processos. O MPC não tem poder para realizar auditorias ou impor medidas a eventuais envolvidos em irregularidades, isto é buscado através da interposição de recurso e da entrada de representação junto ao Tribunal, que se dão com base em apurações e em recebimento de informações.

Desde 2014 o MPC tem sido membro atuante da Rede de Controle da Gestão Pública, atuando no tráfego de informações e na execução de ações conjuntas para aumentar o alcance da fiscalização do dinheiro público.

P – No atual cenário de controle externo, que ações estratégicas têm sido desenvolvidas pelo MPC para combater a corrupção na gestão pública?

Jairo Vieira – As principais linhas de atu-

ação estratégica do MPC são a busca da celeridade no trâmite do processo dentro do Tribunal de Contas, a cooperação com instituições da Rede de Controle da Gestão Pública, ênfase no controle preventivo e concomitante dos atos e contratos administrativos e participação no desenvolvimento de soluções para os desafios internos do Tribunal de Contas.

P – De que forma os cidadãos e as entidades da sociedade civil organizada podem contribuir nesse processo?

Jairo Vieira – A sociedade contribui no combate à corrupção na gestão pública através da participação na vida política e do acompanhamento dos serviços públicos e das contratações e despesas do Estado e dos Municípios. O MPC, assim como outras instituições, não tem condições de estar em todos os lugares, olhando cada parte da gestão pública. O cidadão pode se informar sobre determinado assunto da gestão pública que mais lhe interessa – educação, saúde ou esporte – e a partir daí cobrar dos responsáveis melhorias ou a correção de irregularidades, provocando os órgãos de controle quanto entender cabível. Isto se dá através de uso das ferramentas de transparência, do exercício do direito de petição e do direito de acesso à informação, da formulação de denúncias às Controladorias, às Ouvidorias, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público e, por fim, do ajuizamento de Ação Popular, que é gratuita.

P – Ao longo desses quinze anos, o MPC maranhense desenvolveu várias ações que evitaram o desvio de somas significativas de recursos públicos. Quais delas o senhor gostaria de destacar?

Jairo Vieira – A atuação de maior impacto na história do MPC-MA, sem dúvida, foi a relacionada aos Precatórios do FUNDEF. Municípios no Maranhão estavam contratando escritórios de advocacia para entrarem com ações judiciais a fim de rece-



berem valores que a União não tinha repassado quando existia o FUNDEF. Estes escritórios ficavam como 20% de tudo o que o Município recebia. Na época, estimou-se que o valor destinado ao pagamento dos escritórios, que não seriam aplicados na educação, era de R\$ 1,4 bilhões.

O MPC-MA identificou esta situação e, juntamente com diversos membros de Rede de Controle de Gestão Pública, agiu rápida e coordenadamente conseguindo impedir o pagamento de valores. Estas ações repercutiram, pois outros Estados estavam com situação semelhante, razão pela qual houve mobilização em nível nacional dos órgãos de controle externo.

Outra ação do MPC-MA de considerável amplitude foi a iniciativa contra a contratação de cooperativas de serviços. Vários Municípios estavam terceirizando serviços por meio de cooperativas, nas quais pesso-

as eram precariamente contratadas. Foram verificadas fraudes nas licitações, superfaturamento dos serviços, desvios de recursos pagos e lavagem de dinheiro.

Novamente, a atuação ocorreu em conjunto como membros de Rede de Controle e, como resultado, organizações criminosas foram desarticuladas e, atualmente, os Municípios não contratam mais cooperativas para terceirizar seus serviços.

Mais recentemente, o MPC-MA identificou inúmeras contratações para realização de estudos epidemiológicos. Diversas representações foram protocoladas apontando o direcionamento das contratações, a lesividade dos valores dos serviços, a desnecessidade dos serviços contratados e o risco para a saúde da população. O efeito desta atuação foi imediato. A empresa envolvida não recebeu nem um tostão a partir destes contratos, os quais foram todos anulados. Milhões de reais foram poupados.

“Embora haja atuações de sucessos do MPC-MA, em geral são ações pontuais. Um grande desafio é a implementação de ações sistêmicas, ou seja, realizadas de forma periódica e estruturada.

”

EP – Que desafios devem ser superados para que essas ações se ampliem e sejam cada vez mais efetivas?

Jairo Vieira – Embora haja atuações de sucesso do MPC-MA, em geral são ações pontuais. Um grande desafio é a implementação de ações sistêmicas, ou seja, realizadas de forma periódica e estruturada. O controle pontual impede irre-

gularidades em determinado momento, contudo a promoção da integridade e a manutenção da regularidade na gestão pública dificilmente são alcançadas quando o controle é aleatório. Outro desafio é o uso de tecnologia para análise de dados e produção de conhecimento, que é uma tendência na área de Controle Externo.

P – O MPC faz parte da Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão. Qual a importância de se atuar de forma integrada para que o controle externo seja pleno?

Jairo Vieira – A experiência mostra que a atuação de órgãos de controle externo de forma isolada tem impacto limitado. A integração de instituições de Controle Externo permite um melhor fluxo de informações. Cada instituição tem acesso a conhecimentos e bancos de dados diferentes, de maneira que, quando se integram, a disponibilidade de informações aumenta, permitindo melhores análises e melhores decisões. Além disso, cada instituição possui expertise e competências peculiares. Isto significa que aqueles envolvidos em irregularidades serão identificados mais rapidamente pela atuação integrada, e que serão criados obstáculos em mais de um cenário, elevando o custo no desvio de recursos públicos e diminuindo a possibilidade de impunidade.

P – Os recursos de tecnologia da informação são uma poderosa ferramenta na atividade de controle externo. De que maneiras o MP tem aproveitado esse potencial?

Jairo Vieira – O MPC-MA tem participado do desenvolvimento de ferramentas de tecnologia, bem como utilizado algu-

“A participação do cidadão, quer individualmente, quer através de entidades e conselhos, das diversas etapas de desenvolvimento da gestão sempre contribui para a qualidade desta.”

mas já disponíveis. Em âmbito nacional, há ambiente de tecnologia criado e mantido pelo CNPGC (Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Contas) que pode ser consultado pelos Procuradores de Contas e contém várias bases de dados e ferramentas de análise. O Tribunal de Contas é parte de Rede Infocontas que disponibiliza fontes de consulta e gera relatórios de informações. Estas ferramentas subsidiam ações e representações do MPC-MA. Na parte do desenvolvimento, há vários anos o MPC-MA recruta desenvolvedores de sistemas e mantém parcerias com o Tribunal de Contas e com instituições de ensino para criação de aperfeiçoamento de ferramentas de tecnologia.

P – Na percepção do MPC, quais são os principais fatores que favorecem a correta implementação das políticas públicas e a elevação da qualidade da gestão pública?

Jairo Vieira – O comprometimento do gestor público é fundamental para boas políticas públicas e boa gestão. A escolha dos seus representantes pelos eleitores e a escolha de bons dirigentes e assessores por parte dos gestores eleitos define o caminho que será adotado. A escolha de pessoas honestas e competentes favorece a melhoria

da gestão e das políticas públicas.

A participação do cidadão, quer individualmente, quer através de entidade e conselhos, nas diversas etapas de desenvolvimento da gestão sempre contribui para a qualidade desta. A criação de sistemas de controle e de promoção da integridade permite e identificação e a prevenção de desvios, por consequência, alavanca a gestão pública e execução das políticas.

A atuação de Controle Externo em tempo real, passo a passo com as atividades administrativas dos fiscalizados, favorece a eficiência e qualidade das entidades públicas, pois permite a correção de desvios antes que a irregularidade se consolide.

Em resumo, os fatores que favorecem a correta implementação das políticas públicas e a elevação da qualidade da gestão pública são aqueles que incidem antes e durante a execução das políticas e das atividades da gestão.

P – Quais as principais oportunidades e desafios do MPC nos próximos anos?

Jairo Vieira – Há previsão de reformulação do processo de prestação de contas e da linha de fiscalização do Tribunal de Contas. Quando consolidadas, estas mudanças implicarão na maneira como o MPC atua junto ao Tribunal de Contas. Isto constitui tanto uma oportunidade, pois possibilita novas dimensões de trabalho, quanto um desafio, afinal não está bem nítido qual o grau destas mudanças.

Em breve também ocorrerá significativa alteração da composição dos membros do Tribunal de Contas. O MPC tem o desafio de se preservar institucionalmente, de modo que as suas atribuições sejam regularmente desempenhadas independentemente da conjuntura futura. Ao mesmo tempo é uma oportunidade de renovação. Nestes quinze anos foram muitas lições aprendidas e sucessos alcançados. Os próximos anos parecem reservar mais aprendizado, assim como anunciam novas ocasiões para conquistas. ©P



BUSCANDO A EXCELÊNCIA

Comissões do TCE responsáveis por indicadores do Marco de Medição de Desempenho trabalham para elevar a qualidade dos resultados institucionais

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) constituiu as comissões que serão responsáveis pelas atividades ligadas à construção dos indicadores do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC para o ciclo 2022.

O MMD-TC é uma iniciativa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon, integrante do Projeto Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas – QATC, que tem entre seus objetivos fortalecer o sistema Tribunal de Contas como essencial ao controle dos recursos públicos e à cidadania, além de estimular a transparência das informações, das decisões e da gestão das Cortes de Contas brasileiras. O TCE maranhense é uma das vinte e oito instituições que participam do projeto.

O QATC e o MMD-TC, atuando de forma integrada e sistêmica, devem contribuir para que os tribunais de contas passem a agir de forma harmônica e uniforme; aprimorem a qualidade e agilidade das auditorias e dos julgamentos; valorizem o controle social e ofereçam serviços em nível de excelência, a partir de um padrão de fácil verificação e confirmação.

As comissões de Avaliação e de Controle de Qualidade ligadas ao Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC exercem papel estratégico no processo de alcance dos objetivos do projeto.

A composição das comissões foi definida pela Resolução TCE nº 368, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE do dia 06 de maio passado.

A Comissão de Avaliação com base no MMD-TC, é integrada pelos seguintes membros: conselheiro Marcelo Tavares Silva (coordenador-geral); Bruno Ferreira Barros de Almeida (secretário-geral do TCE); Bernardo Felipe Souza Pires Leal (secretário de Gestão do TCE); Fábio Alex Rezende de Melo (secretário de Fiscalização do TCE); Gladys Melo Aragão Nunes (gestora da Coordenadoria de informações gerenciais - Coing); João da Silva Neto (secretário de Controle Interno do TCE); Márcio Roberto Costa Freire (auditor estadual de controle externo - Coing); Renan Coelho de Oliveira (secretário de Tecnologia e Inovação do TCE).



ENGAJAMENTO: retomada as atividades presenciais inclui o desafio de elevar a posição da corte maranhense nos indicadores nacionais



AS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE LIGADAS AO MARCO DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS - MMD-TC EXERCEM PAPEL ESTRATÉGICO NO PROCESSO DE ALCANCE DOS OBJETIVOS DO PROJETO.

Entre as atribuições da Comissão de Avaliação estão: manter contato permanente com a Comissão de Coordenação-Geral do MMD-TC, enviando as informações que forem solicitadas; definir o plano de trabalho, tendo como base o cronograma estabelecido pela Atricon; realizar as atividades necessárias, envolvendo os líderes e servidores responsáveis pelas áreas, produtos e atividades avaliados; adotar os modelos de papéis de trabalho e/ou sistemas informatizados e observar as orientações expedidas pela Comissão de Coordenação-Geral e dar suporte à comissão de garantia da qualidade, facilitando o acesso às pessoas, documentos, informações e sistemas relevantes para o procedimento.

A Comissão de Controle de Qualidade da Avaliação com base no MMD-TC, é formada pela procuradora do Ministério Público de Contas Flávia Gonzalez Leite (coordenadora-geral) e pelo procurador-chefe do Ministério Público de Contas Jairo Cavalcanti Vieira.

Compõem as responsabilidades da comissão, entre outros aspectos, realizar o controle de qualidade dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Avaliação do Tribunal, com ênfase na documentação e nas evidências apresentadas como atendimento aos critérios estabelecidos no MMDTC; manter contato com a Comissão de Coordenação-Geral do MMD-TC, fornecendo as informações que forem solicitadas; adotar os modelos de papéis de trabalho

e/ou sistemas informatizados e observar as orientações expedidas pela Comissão de Coordenação-Geral do MMD-TC e dar suporte à comissão de garantia da qualidade.

A Resolução TCE nº 368 apresenta também os domínios e temas que serão avaliados para a composição dos indicadores do MMD-TC, encontrando-se os mesmos assim definidos: Domínio – Independência e Marco Legal (Composição; organização; e funcionamento); Domínio – Governança Interna (Liderança; estratégia; accountability; agilidade no julgamento e gerenciamento de prazos de processos; gestão de pessoas; e desenvolvimento profissional); Domínio – Fiscalização e auditoria (Planejamento geral de fiscalização e auditoria; controle e garantia de qualidade de fiscalizações e auditorias; auditoria de conformidade; auditoria operacional; auditoria financeira; controle externo concomitante; acompanhamento das decisões; e informações estratégicas para o controle externo); Domínio – Fiscalização da Gestão Pública durante a Pandemia (Saúde; assistência social, manutenção de empregos e financiamento ao setor privado; gestão fiscal e auxílios intergovernamentais; educação; e transparência.

A Resolução TCE nº 368 assegura às comissões autonomia para a execução da atividade, bem como o acesso às pessoas, documentos, informações e sistemas considerados relevantes para o cumprimento do objetivo. ©P

COMISSÕES DE AVALIAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE DO MMD-TC DO TCE MARANHENSE INICIAM TRABALHOS

As comissões de Avaliação e de Controle de Qualidade do MMD-TC realizaram a primeira reunião de trabalho das atividades de construção dos indicadores do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC para o ciclo 2022.

O propósito da reunião foi informar os integrantes das comissões sobre as alterações que foram procedidas na metodologia que será utilizada para a verificação do cumprimento das metas estabelecidas pelo MMD-TC.

A partir desse alinhamento informativo, as comissões darão início aos trabalhos relativos à participação do TCE maranhense no ciclo 2022 do programa.

Durante a reunião, foram apresentados também os benefícios resultantes do MMD-TC, os antecedentes do TCE no MMD-TC, a escala de pontuação dos indicadores do MMD-TC, os resultados já obtidos pelo TCE no programa, os domínios e indicadores para o ciclo 2022, o cronograma de atividades e os próximos passos previstos para o TCE maranhense no MMD-TC.

Entre as próximas etapas de trabalho definidas na reunião de trabalho das comissões de Avaliação e de Controle de Qualidade do MMD-TC estão: a elaboração do projeto de avaliação do MMD-TCE para o ciclo 2022, a promoção de reunião com os responsáveis pelas avaliações de indicadores do QATC para a multiplicação de conhecimentos, o cadastramento dos membros das comissões no Sistema Aprimore e a realização tempestiva da avaliação de desempenho do TCE de acordo com as boas práticas da metodologia do MMD-TC. ©P

CONTROLE DIGITAL

TCE maranhense acelera na corrida pela efetividade com inovações em sistemas de TI

Por meio de sua Secretaria de Tecnologia e Inovação - Setin, o Tribunal de Contas do Estado concluiu, no final de janeiro, a migração seu Portal para o domínio próprio dos Tribunais de Contas do Brasil na Internet, alterando o endereço www.tce.ma.gov.br para www.tce.ma.br.

Mais do que uma simples mudança de endereço na Internet, o Instituto Rui Barbosa (IRB), entidade voltada para estudos e pesquisas no âmbito dos TCs, acredita que o fato é um divisor de águas na consolidação da autonomia dos Tribunais de Contas do Brasil, especialmente no contexto das Normas Brasileiras de Auditoria no Setor Público - NBASP, regramento que estabelece a independência das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) como requisito essencial para uma auditoria do setor público.

No âmbito do TCE maranhense, o domínio www.tce.ma.gov.br ainda permanecerá ativo pelo menos até o final deste ano. Quando acionado, ele redireciona o acesso para o novo domínio, de modo a evitar interrupções ou surpresas desagradáveis aos usuários dos serviços do Tribunal na Internet.

De acordo com o secretário de Tecnologia e Inovação do TCE, Renan de Oliveira, a principal razão para a migração do endereço do TCE-MA na Internet diz respeito a questões de padrão de uso, robustez de presença digital e maior confiança dos atores sociais que procuram os TCs em busca de informação.

“Já a migração para a nuvem, que estamos procedendo de maneira gradativa, justifica-se em razão de que o fornecimento de serviços pela internet (a nuvem) oferece inovações mais rápidas, recursos flexíveis e economia de escala”. Além disso, explica, o serviço é fornecido sob demanda, garantindo vantagens em quesitos como custo, velocidade, escala, produtividade, desempenho, confiabilidade e segurança.

METAS NACIONAIS - A migração se dá no contexto de uma série de alterações nos sistemas de TI da instituição, que tem como foco principal permitir ao TCE o exercício do controle externo independente, pautado no atingimento de metas acordadas nacionalmente. Isso inclui, inclusive, aquelas vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS). “Outro ganho considerável é a possibilidade de responder de forma eficaz às oportunidades decorrentes dos avanços tecnológicos, e reforçar o impacto das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) na *accountability* (prestação de contas) e na transparência da gestão pública.

Alguns sistemas já sofreram alterações, como a Ferramenta Informatizada para Gestão Responsável (Finger) e o Sistema de Auditoria Eletrônica (SAE), que foram substituídos, respectivamente, pelo “robô” ERICA e pelo Módulo Fiscal do Sistema de Informações para Controle (SINC-Fiscal).

Em outros casos, as alterações estão em pleno andamento, a exemplo do Módulo Folha de Pagamento do Sistema Eletrônico de Atos de Pessoal (SA-AP-Folha), recentemente revogado pela Instrução

Normativa TCE/MA nº 72, de 2022, que instituiu o Módulo Folha de Pagamento do Sistema de Informações para Controle (SINC-Folha), e o Sistema de Acompanhamento Eletrônico de Contratação Pública (Sacop), que será substituído pelo Módulo de Contratações Públicas do Sistema de Informações para Controle (SINC-Contrata).

SECRETÁRIO de TI, Renan Oliveira: foco em metas pactuadas nacionalmente

POR UMA ECONOMIA DA INTEGRIDADE

TCE maranhense fortalece programa que incentiva adoção de controles internos para aprimorar ambiente de negócios de micro e pequenas empresas



O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), ao lado do Governo do Estado do Maranhão, da Controladoria Geral da União no Maranhão (CGU-MA) e do Ministério Público do Maranhão (MPMA) foi uma das instituições que participaram das atividades do III Ciclo do programa “TransformaAgora”.

O “TransformaAgora” é uma iniciativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que tem por finalidade incentivar a construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas, por meio da implantação de controles internos e da prevenção e combate à corrupção.

O principal objetivo das atividades do “TransformaAgora” é contribuir para a construção e manutenção de um ambiente de negócios favorável ao Compliance, atuando de maneira proativa na conscientização e estímulo a esta prática por parte das empresas e dos entes públicos, como forma de combate à corrupção.

No contexto da atuação institucional e empresarial, Compliance é o conjunto de procedimentos adotados com o objetivo de cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio e para as atividades da instituição ou empresa.

Outra finalidade do Compliance é implementar instrumentos que permitam identificar, evitar e atuar na correção dos desvios ou inconformidades que possam ocorrer nas atividades das instituições ou das empresas.

O “TransformaAgora” integra o conjunto de ações definidas no Programa Cidade Empreendedora, que tem como finalidade promover a transformação econômica, social e cultural de municípios, por meio da atuação conjunta do Sebrae e dos governos do estado e dos municípios, dispondo de uma série de ferramentas para estimular a cultura empreendedora, gestão, inovação e políticas públicas, objetivando o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios locais.

ÉTICA E INTEGRIDADE – O tema central escolhido para o terceiro ciclo do “TransformaAgora” foi “Ética e Integridade”, dois aspectos que estão na ordem do dia do trabalho desenvolvido por instituições e empresas e que têm recebido atenção cada vez maior dos brasileiros.

Para esclarecer em detalhes essa temática, foi definida uma programação que envolveu a realização de palestra, seguida de um painel no qual os participantes discutiram pontos relevantes ligados à importância da implantação da cultura dos controles internos nas gestões empresarial e pública.

Outra perspectiva debatida no painel foi a que trata dos controles internos como fatores geradores de riqueza para os municípios, o estado e o país, estimulando os entes públicos a adotarem os procedimentos necessários para sua implantação e excelência operacional.

O programa “TransformaAgora” desenvolveu atividades nos municípios de Açailândia, Balsas, Imperatriz, São Luís e Timon.

O professor Gilberto Socoloski Júnior, Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, consultor do Sebrae, ministrou em todos os seminários a palestra “Corrupção: o concorrente desleal do mercado. Proteja sua empresa e conquiste melhores oportunidades!”.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira, destacou a importância do “TransformaAgora” no processo de aprimoramento do ambiente de negócios no Maranhão. “Fazer com que a atividade empresarial se desenvolva num ambiente ético e de respeito às normas jurídicas e contratuais é fundamental para o impulsionamento da economia. Como resultado desse processo, ampliamos as possibilidades de acesso a emprego e renda, permitindo que ao longo do tempo as desigualdades sociais sejam reduzidas”, afirmou. ©P

“GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DEVE SER MOTOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL”

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira, participou dos eventos do III Ciclo do programa “TransformaAgora” nas cidades de Açailândia, Balsas, Imperatriz, São Luís e Timon.

Na entrevista a seguir, Washington Oliveira fala sobre a importância da cooperação técnica do TCE com o Sebrae e quais os impactos positivos do controle externo na implementação de políticas públicas que resultem em maior desenvolvimento socioeconômico. Confira a seguir.

O TCE renovou recentemente o Convênio de Cooperação Técnica com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão (Sebrae-MA). Qual a importância dessa medida e que ações podem ser desenvolvidas a partir da parceria entre as duas instituições?

Washington Oliveira – O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão (Sebrae-MA) exerce papel fundamental no processo de melhoria da realidade econômica de nosso estado. E cada vez mais, os gestores públicos devem dar atenção especial às questões que envolvem a geração de emprego e renda.

Políticas públicas consistentes e capazes de gerar resultados efetivos nesse campo devem ser desenvolvidas, contribuindo para a superação da desigualdade social que ainda é marcante em nosso país, especialmente no Maranhão.

Nesse sentido, em decorrência da parceria do TCE com o Sebrae, temos procurado realizar ações em conjunto que valorizam as micro e pequenas empresas por meio da adoção de medidas que venham a contribuir para a criação de um ambiente de negócios ético, produtivo e com segurança jurídica.

Quais as estratégias que estão sendo adotadas para que as duas instituições possam disseminar o conhecimento por elas gerado?

Washington Oliveira – Vivemos na era do conhecimento. Pessoas e instituições estão mergulhadas numa realidade que se transforma num ritmo cada vez mais rápido, impactando todos os setores da atuação humana. O conhecimento consistente e qualificado é a chave para a compreensão dessas mudanças e permite atuação eficaz nesse cenário dinâmico.

O TCE e o Sebrae difundem seus conhecimentos por meio dos cursos em parceria que oferecem aos cidadãos, sempre com temáticas ligadas ao setor produtivo e à atuação do controle externo.

Cito como exemplo a realização dos cursos de Pregão Eletrônico para comprador e para fornecedor, que foram es-



senciais na qualificação de vários profissionais, dos setores público e privado, numa área que requer competências específicas e de alto nível, com impactos significativos na gestão pública e nas atividades produtivas.

De que forma a aplicação da Lei das Micro e Pequenas Empresas pode estimular o desenvolvimento local?

Washington Oliveira – A Lei das Micro e Pequenas Empresas representa um enorme avanço no cenário produtivo brasileiro. Precisamos trabalhar para que ela seja cumprida em sua integralidade e o controle externo tem muito a contribuir nesse sentido.

Um dos aspectos importantes e ao qual o TCE tem dedicado atenção é o que envolve as compras públicas locais, que cada vez mais devem ser estimuladas, oportunizando o crescimento e a diversificação das atividades econômicas em âmbito municipal.

Outro aspecto é o que está ligado à capacitação técnica dos empreendedores e os mecanismos de fomento às micro e pequenas empresas, aspectos em que o Sebrae tem papel crucial, junto com outras entidades ligadas ao acesso a crédito para o setor produtivo.

Por meio de uma atuação integrada, preservando as especificidades de cada instituição, conseguiremos dar um salto de qualidade nesse campo, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios maranhenses. ©p

AUDITOR SOCIAL: SONHO OU REALIDADE POSSÍVEL?

Alexandre Walraven

Secretário do Tribunal de Contas da União no Maranhão e membro da coordenação da Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão



A participação cidadã é pilar fundamental da democracia e seu objetivo é permitir que os cidadãos participem ativamente do processo de tomada de decisões públicas.

Numa democracia moderna em pleno século XXI, a participação democrática da população não pode mais restringir-se somente à eleição de seus representantes.

É no contexto dessa atuação da sociedade organizada, os conselheiros de políticas públicas, disseminados por todo os municípios deste nosso Brasil, assumem importância ímpar ao atuarem como instância permanente de diálogo das administrações públicas eleitas com as comunidades.

No mesmo molde, a sociedade civil organizada e cidadãos ansiosos para darem azo à participação popular na fiscalização da aplicação dos recursos públicos formam

força que deve ser ouvida e treinada para o exercício da cidadania plena.

Nessa realidade participativa, as redes de controle espalhadas em todos os estados do Brasil têm realizado uma série de ações de conscientização do poder que o cidadão tem para auxiliar na fiscalização da boa e regular aplicação dos recursos públicos.

Afinal é o cidadão que mora onde o dinheiro público é arrecadado e gasto e que vê, em primeira mão, se a escola tem merenda escolar em quantidade e qualidade; se o posto de saúde tem médico, dentista, enfermeiro e medicamentos gratuitos disponíveis; se o calçamento e a rede de esgoto está sendo feita, etc.

No caso concreto do Maranhão, a Rede de Controle da Gestão Pública tem atuado desde 2012 junto aos municípios maranhenses, por meio das Audiências Públicas de Controle Social e Cidadania. O projeto foi iniciado no município de São Mateus-MA, e as audiências foram intensificadas a partir de 2013, sempre na busca de uma maior aproximação dos órgãos parceiros com a sociedade, para o aprimoramento do controle social. Na ocasião, contou-se com a presença de representantes dos órgãos da Rede, que explanaram sobre os meios de enfrentamento à corrupção, análise de prestações de contas, mecanismos de transparência e acesso às informações

“No caso concreto do Maranhão, a Rede de Controle da Gestão Pública tem atuado desde 2012 junto aos municípios maranhenses, por meio das Audiências Públicas de Controle Social e Cidadania”

públicas, ferramentas de controle social, educação fiscal e cidadania, dentre outros.

Essas palestras/oficinas têm como finalidade estimular o controle social por meio da transmissão de informações aos participantes, de forma a habilitá-los para o acompanhamento das ações dos poderes públicos.

Ou seja, busca-se a formação dos auditores sociais, que nada mais são que cidadãos conscientes e preparados para também fazerem o controle da gestão pública. Outro objetivo é gerar aproximação ainda maior entre a sociedade maranhense e os órgãos responsáveis pelo controle externo.

Esses auditores sociais atuam monitorando a aplicação dos recursos públicos e fiscalizando as prestações de contas municipais.

Como protagonistas da atuação do cidadão comum no controle social, esses agentes contribuem inibindo atos de improbidade que, além de causarem prejuízos ao erário e danos à administração, provocam a atividade jurisdicional e os consequentes custos de uma relação jurídico-processual.

Ao fortalecer os mecanismos de controle da Gestão Pública, as audiências tornam-se nascedouros sociais de resistência à corrupção, estimulando os cidadãos a terem a iniciativa e a possibilidade de auxiliarem no acompanhamento das ações governamentais. Esses eventos promovem também uma aproximação ainda maior entre a sociedade e os órgãos de fiscalização responsáveis pelo controle interno e externo.

Como já foi dito, a relevância do controle social nos municípios advém do vínculo domiciliar dos auditores sociais, cidadãos residentes nas cidades e que podem verificar, no seu dia a dia, a adequada aplicação dos recursos financeiros angariados por meio dos impostos pagos pela coletividade.

A adoção dessa nova proposta de co-fiscalização dos gastos e investimentos públicos, que privilegia a participação ativa da sociedade, desencadeou o rompimento com o excesso de formalismo e distanciamento que estigmatizava as atividades dos órgãos de controle, tomado o labor desses entes mais conhecido do cidadão comum.

Vale revisitar o caso concreto do Maranhão, onde mais de 54 municípios pólo já foram alcançados pelas audiências, com número superior a 6.500 cidadãos capacitados a atuarem em prol do controle social, instrumentalizando-os para serem verdadeiros “auditores sociais”. Este modelo já foi utilizado em outras unidades da federação, com sucesso.

Muitas vezes, esses agentes se tornam também conselheiros de políticas públicas e assumem importância ímpar, ao atuarem como instância permanente de diálogo dos gestores eleitos com as comunidades.

No Maranhão, a Rede de Controle planeja o retorno da realização de audiências públicas de controle social e



Essas palestras/oficinas têm como finalidade estimular o controle social por meio da transmissão de informações aos participantes, de forma a habilitá-los para o acompanhamento das ações dos poderes públicos”.

cidadania a partir do término das eleições de 2022, com eventos presenciais e treinamentos on line de capacitação complementar dos auditores sociais.

A ideia é que possamos dar os passos iniciais de estímulo em eventos presenciais que duram um dia inteiro, e aqueles que participaram, e mesmo os que não puderam comparecer, possam se inscrever em plataforma de ensino à distância, onde poderão participar de cursos elementares de orientação à cidadania e de como fiscalizar a aplicação de recursos públicos em seu município, como denunciar aos órgãos de controle etc.

Para isso, mister que se construa um projeto pedagógico adequado, que pode ser elaborado pela rede de controle local, com auxílio das escolas de contas dos TCEs e de outros parceiros, de forma a concretizar a capacitação contínua dos pretendentes a serem auditores sociais.

Ao final, o cidadão-aluno poderá receber o certificado de “auditor social”, a ser subscrito pela Rede de Controle local ou pela escola de contas que preparou e ministrou o treinamento.

O importante é que se tenha em mente que a sociedade, a tecnologia e os meios de se propagar a informação vêm evoluindo de maneira célere, e o perfil do cidadão-contribuinte vem mudando junto, o que, sem sombra de dúvida, pode gerar uma sociedade mais informada e esclarecida, com discernimento para votar de forma assertiva, com os olhos voltados para o bem-estar social, para o progresso e para uma democracia cada vez mais efetiva.

Para concluir, na figura de agentes de controle, nos cabe papel de arregimentar e treinar cada vez mais aliados dentre a população, capacitando-os para o embate contra a corrupção, já que, como sabemos, a mão de obra do controle externo e interno talvez nunca seja suficiente para sozinha dar conta do enfrentamento contra aqueles que querem fazer mau uso dos recursos do erário. Assim, nosso lema é “Cidadão, seja você também um auditor social, ajudando a fiscalizar a aplicação dos recursos públicos em sua cidade, com o auxílio da rede de controle de seu estado”. ©P

PARCERIA TECNOLÓGICA

“**I**nteligência Computacional no Apoio às Ações de Controle Externo (ICCE)”. Sob essa rubrica, Tribunal de Contas (TCE-MA) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA) assinaram, em março passado, acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação. O evento de assinatura se deu no Plenário do Tribunal, em cerimônia híbrida transmitida via canal do Youtube. Participaram presencialmente, além do presidente Washington de Oliveira e do Reitor da UFMA, Natalino Salgado, o secretário de Tecnologia e Inovação do TCE, Renan Oliveira, e a presidente da Fundação Sôsândrade, Prof^a Evangelina Noronha.

O acordo prevê a execução, por parte da UFMA, de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que incluem investigação, criação de protótipos, desenvolvimento e testes de soluções, especialmente por meio do Núcleo de Computação Aplicada (NCA), em parceria com membros e servidores do Tribunal de Contas.

Com duração de 24 meses, o projeto Inteligência Computacional

no Apoio às Ações de Controle Externo (ICCE) envolve a transferência de recursos financeiros no total de R\$ 2.990.280,60 (R\$ 2,9 milhões) por parte da corte de contas maranhense.

De acordo com o Plano de Trabalho aprovado, o projeto vai se desenvolver em torno de três eixos principais: identificação e priorização de objetos de auditoria, sistema de processo eletrônico e capacitação em ciência de dados e inteligência artificial. Como objetivos gerais, pode-se destacar a melhoria da

TCE e UFMA celebram acordo para desenvolvimento de soluções compartilhadas na área de Tecnologia da Informação voltadas para ações de controle da corte

efetividade e eficácia das ações de controle e melhoria da eficiência administrativa, por meio da gestão documental e processual.

“Todas as etapas e atividades convergem para a efetividade das ações de controle desenvolvidas pelo Tribunal”, resume o secretário de Tecnologia e Inovação do TCE, Renan Oliveira. Ele enfatiza a importância da aproximação com a academia para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho de instituições como o TCE. “Para nós, o momento não poderia


ser mais oportuno, em razão das intervenções que vem sendo feitas visando dotar a instituição das condições de fazer frente aos desafios da era tecnológica”, observa.

Para o reitor Natalino Salgado, o projeto é de grande importância também para a academia, porque abre um campo de pesquisa inédito na área tecnológica. “Dessa forma, a demanda do Tribunal de Contas contribui para que a UFMA amplie a abrangência de sua pesquisa, cumprindo sua responsabilidade social junto ao Estado”, afirma.

O presidente da corte de contas maranhense, Washington de Oliveira, situa a celebração do acordo no contexto de uma série de ações de modernização, e chama a atenção para as dimensões da parceria, segundo ele inédita na história da instituição pela amplitude e alcance das ações previstas. “O suporte tecnológico que será desenvolvido ao longo desses 24 meses é uma exigência

da nova realidade em que vivemos, marcada pelo uso massivo das novas ferramentas tecnológicas. É um passo de grande importância que atende inclusive a uma exigência de uma nova Lei Orgânica, em processo de elaboração”, destacou. @p

O PRESIDENTE do TCE, conselheiro Washington de Oliveira, e o reitor da UFMA, Natalino Salgado, durante a cerimônia de assinatura do acordo, no plenário



ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIA DE DADOS É PRIMEIRA AÇÃO DO CONVÊNIO

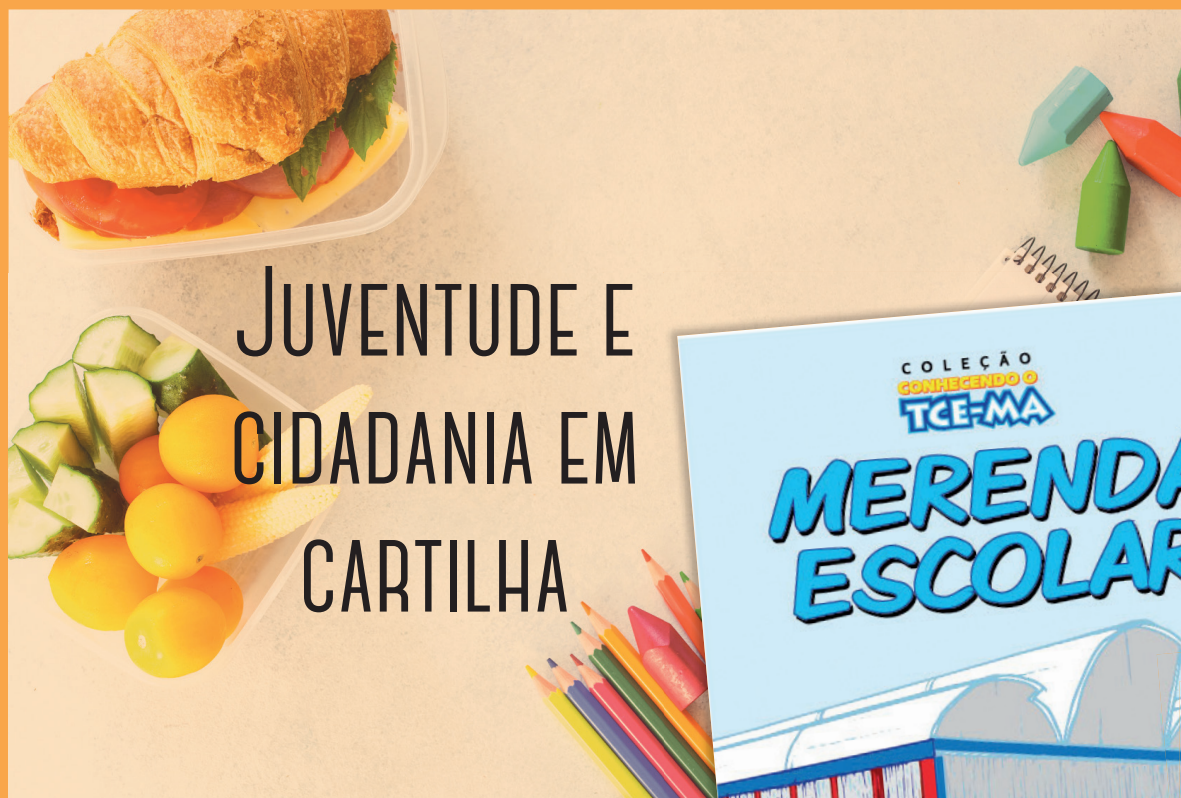
Como primeira atividade resultante do convênio de cooperação técnica celebrado entre a UFMA e o TCE, teve início, no último dia 28/06 o curso de Especialização em Ciência de Dados, que tem a finalidade capacitar os servidores do TCE em Ciência de Dados e Inteligência Artificial. Ministrado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por intermédio da Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização (Ageufma), a iniciativa deverá favorecer a melhoria dos processos analíticos e de tomada de decisão da corte de contas maranhense, contribuindo para a efetividade das ações de controle externo desenvolvidas pela instituição.

Um total de cinquenta profissionais está matriculado, metade com perfil de experiência em Tecnologia da Informação e metade sem essa experiência, conforme estabelecido nos termos do edital. Ao final das 360 horas de carga horária prevista para os 18 meses de duração do curso, a expectativa é de que todos estejam aptos a desenvolver atividades como: apresentar e examinar conceitos, princípios, métodos e técnicas em Ciência de Dados e Inteligência Artificial; compreender as diferentes estruturas de bancos de dados, tipos de variáveis e suas escalas

de mensuração; entender as razões para a estimação de cada um dos modelos de *machine learning*; e desenvolver projetos de visualização de dados, bem como construir *dashboards*.

“Com essa especialização, os servidores do TCE serão qualificados em alto nível para que consigam trabalhar de maneira ainda mais eficiente e eficaz com os dados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos públicos que são recebidos pela instituição”, avalia o secretário de Tecnologia e Inovação do TCE, Renan Oliveira. Para ele, as ferramentas de tecnologia da informação são fundamentais nas atividades de controle externo e contribuem de modo decisivo para sua eficácia.

Para o diretor da Escex, conselheiro-substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa, a realização do curso de Especialização em Ciência de Dados é mais uma das ações ligadas ao escopo de atuação da Escex que atende à necessidade de permanente atualização das competências e habilidades dos servidores do TCE, com foco na elevação do padrão dos resultados oferecidos à sociedade. “Esse curso será fundamental para a qualificação de nossos servidores e oportunizará o desenvolvimento de processos inovadores de fiscalização no âmbito do TCE”, destacou. ©P



JUVENTUDE E CIDADANIA EM CARTILHA

Controle externo em linguagem acessível para o público jovem

Com a publicação online da cartilha “Merenda Escolar”, no mês de março, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) deu a largada para o lançamento da coleção “Conhecendo o TCE”, cuja proposta é traduzir conceitos, programas e ações do controle externo em linguagem acessível para o público jovem. A coleção traz o mesmo nome do programa de visitas guiadas ao órgão que também está sendo retomado, depois de dois anos de interrupção em decorrência da pandemia do novo coronavírus (covid-19).

Em seu primeiro número, a cartilha traz uma história em quadrinhos contando a visita de uma turma de alunos do ensino público ao Tribunal, momento em que tomam conhecimento de que a merenda escolar que recebem na escola tem relação com o trabalho do TCE. Entre a surpresa e a descontração típica dos jovens, eles ficam aos poucos sabendo que aquele órgão tem mais a ver com o cotidiano deles do que parece.

Produzida pela Escola Superior de Controle Externo (Essex) em parceria com a Assessoria de Comunicação (Ascom), as cartilhas da coleção “Conhecendo o TCE” são parte do esforço da instituição em explorar ao máximo a dimensão pedagógica de sua atuação como órgão de controle. “Ao levar conhecimentos sobre controle externo de



forma descomplicada ao público jovem o Tribunal está fazendo seu papel na construção da cidadania”, observa o presidente do TCE, conselheiro Washington de Oliveira.

“A educação para a cidadania deve começar bem cedo a fim de formar homens e mulheres capazes de compreender o seu tempo e saber se posicionar ante os desafios da vida comunitária. A cartilha é muito útil na medida em que contribui para despertar a importância da fiscalização do gasto governamental como dimensão vital no regime democrático”, analisa o diretor da Escola Superior de Controle Externo, conselheiro substituto Antonio Blecaute.

Disponíveis para download na página do TCE, as publicações da Coleção “Conhecendo o TCE” ganharão intensa divulgação visando garantir seu aproveitamento pelo público-alvo, principalmente por meio das redes de ensino público e privado. Outras edições já estão sendo pensadas, sempre com temática ligada ao controle externo e à cidadania. @p

“INADIMPLÊNCIA ZERO”

ENTRE CONTAS DE PREFEITURAS MARANHENSES

Obrigação constitucional, prestação de contas
foi cumprida antes do prazo legal

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) conseguiu registrar neste ano o recorde de inadimplência zero em relação às contas anuais dos prefeitos maranhenses. Todas as 217 prefeituras do Estado cumpriram o dever constitucional de prestar contas antes do encerramento do prazo legal.

Realizada em ambiente inteiramente digital, a prestação das contas relativas ao exercício de 2021 teve seu prazo encerrado à meia-noite do dia 04 de abril, de acordo com os normativos que disciplinam o processo no âmbito da corte de contas maranhense, em sintonia com os princípios constitucionais.

Entre as câmaras municipais, foi de sete (07) o número de fiscalizados que não conseguiram cumprir o dever constitucional dentro do prazo. A totalização dos números, com a relação de todos os fiscalizados e respectivos municípios, incluindo Administração Di-

reta, Autarquias e Fundos Municipais pode ser conferida no Mural da Prestação de Contas.

Para o secretário de Tecnologia e Inovação do TCE, Renan Oliveira, a resposta dos fiscalizados reflete positivamente o comportamento dos sistemas eletrônicos do Tribunal. Ele lembra que o ePCA foi aberto no dia 4 de janeiro, quase 30 dias antes do início do prazo. “Cada vez mais o Tribunal está oferecendo aos seus fiscalizados ferramentas para que as contas sejam apresentadas dentro de critérios de rapidez e segurança”, avalia.

Em ambiente físico ou digital, prestar contas é obrigação constitucional de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos, conforme prescreve o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. ©P



DESAFIO COMPARTILHADO

Ajustando o foco para uma atuação cada vez mais sintonizada, TCE e SEMA deverão estar juntos na promoção de evento de conscientização previsto para o segundo semestre



SOMANDO esforços: o presidente do TCE, conselheiro Washington de Oliveira, durante o encontro com a secretária de Estado do Meio Ambiente, Rayssa Maciel, e a comissão de ativistas ligadas à causa da reciclagem.



Uma das áreas mais caras à atual gestão do TCE, a questão ambiental esteve em pauta novamente no final de junho, com a visita da secretária Estadual do Meio Ambiente, Rayssa Maciel. Acompanhada de assessores da pasta e ativistas da causa ambiental, entre elas a representante do Movimento Nacional de Catadores “Dona” Maria José, ela compartilhou com a direção da corte de contas, estratégias e prioridades da Secretaria sob sua gestão.

Nesse contexto, foram discutidas ações a serem desenvolvidas com vistas à maior efetividade das políticas ambientais. Entre elas, um evento de conscientização a ser realizado na capital maranhense, ainda neste ano, tendo como foco a questão dos resíduos sólidos, dando destaque ao protagonismo das associações de catadores de todo o Estado.

O presidente do TCE lembrou o Acordo de Cooperação assinado no ano passado envolvendo 20 entidades signatárias, entre as quais Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), Tribunal de Justiça (TJ-MA), Procuradoria-Geral de Justiça, Defensoria Pública do Estado e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), voltado para a busca de soluções compartilhadas para o problema dos resíduos sólidos.

“A ideia é colocar em definitivo a questão na pauta dos problemas do Maranhão”, afirmou o presidente do TCE, ao defender a participação das entidades signatárias do acordo no evento, diante da convergência de propósitos. “O engajamento dessas instituições deverá fortalecer o encontro, contribuindo de forma decisiva para que se alcancem os resultados esperados”, afirmou.

Para a secretária, esse primeiro contato com a direção do TCE foi de grande importância diante dos desafios a serem enfrentados. “Esse foi o primeiro passo para uma trajetória de sucesso envolvendo a sociedade civil organizada. Aproximar esses representantes do poder público é garantir ações efetivas de políticas ambientais, porque são eles que desenvolvem na prática essa política. Ao mesmo tempo, manter um diálogo propositivo com o Tribunal de Contas, como órgão que fiscaliza as prefeituras, é fundamental para que esse trabalho seja efetivo”, observou.

“Para nós foi uma grande satisfação receber a secretária de Meio Ambiente acompanhada de representantes dos movimentos sociais, entre elas Dona Maria José, referência nacional na questão dos resíduos sólidos”, afirmou Oliveira. Ele lembrou que, na condição de órgãos de controle, os Tribunais de Contas tem muito a contribuir para que as políticas ambientais atinjam seus objetivos, especialmente nos municípios. “No Maranhão, onde a questão dos lixões ainda é bastante preocupante, apesar de iniciativas bem-sucedidas, atuaremos com firmeza também nesse campo, em plena sintonia com as nossas atribuições constitucionais”, afirmou. ©p



UMA JORNADA DE

TCE marca fim dos distanciamento forçado imposto
de um processo de diálogo interno voltado para

Em comemoração ao Dia Nacional dos Auditores de Controle Externo, comemorado dia 27 de abril, o Tribunal de Contas do Estado promoveu, de 25 a 29 daquele mês, a I Jornada de Controle Externo. Trazendo como tema “Autonomia, efetividade e integração: O TCE maranhense na era digital”, o evento integra as atividades do programa “Controles em Pauta”, desenvolvido pela área de controle interno do TCE visando a realização de diálogos propositivos com foco na qualificação e aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo órgão.

Com uma programação que se dividiu em painéis, rodas de conversa, palestras, ações de saúde e cultura, o evento teve a sua realização compartilhada entre o Tribunal de Contas e Associação dos Servidores do TCE-MA (ASTCE). Contou ainda com o apoio da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de

Contas do Brasil (ANTC), do Serviço Social do Comércio (Sesc-MA) e do SEBRAE Maranhão. O evento também envolveu a seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) e do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-MA), que na ocasião receberam salas exclusivas para a atuação de seus profissionais junto ao órgão, atendendo a uma antiga aspiração das duas instituições.

Um dos destaques da programação foi a participação do Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo do Brasil – ANTC, Ismar dos Santos Viana. Mestre e doutorando em Direito Administrativo (PUC-SP); professor, advogado, membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN) e autor do livro Fundamentos do Processo de Controle Externo, o auditor fez a palestra “Novos Parâmetros Legislativos e Jurisprudência no controle da Administração



DELA QUALIDADE

mposto pela pandemia investindo na retomada
ra o aprimoramento das atividades de controle

Pública” na terça-feira (26). Outros temas em pauta do durante o evento foram: controle social, uso de ferramentas eletrônicas nas ações de controle e engajamento no serviço público.

Entre os objetivos específicos da Jornada, destaca-se o estímulo à participação e comprometimento dos servidores com a missão constitucional do órgão, de modo a contribuir na construção de um TCE cada vez mais atuante e efetivo. “Estamos saindo de um período de distanciamento forçado no qual, ainda que a instituição tenha sido aprovada no teste do teletrabalho, o processo de diálogo interno foi interrompido. Queremos a partir de agora retomar esse diálogo em alto nível”, explica o auditor João da Silva Neto, titular do Controle Interno do TCE.

Ele explica que, em harmonia com os objetivos, os eixos temáticos que orientaram toda a programação envol-

vendo debates, workshops, rodas de conversas, etc., estão contidos no tema geral do evento: autonomia, efetividade e integração. De acordo com o auditor, essas três palavras expressam valores que vêm norteando todo o esforço de modernização dos Tribunais de Contas, ganhando ainda mais relevância na revolução digital que impacta de forma definitiva todos os campos da atividade humana.

“É nesse cenário de revolução tecnológica que os Tribunais de Conta atuarão de agora em diante. Nosso desafio é nos integrarmos ao mundo digital sem perder de vista que trabalhamos em benefício da sociedade, ou seja, de pessoas reais. Portanto nosso trabalho precisa ser humanizado e humanizador”, resume o presidente do TCE, conselheiro Washington de Oliveira. Para ele, iniciativas, com essa são fundamentais para uma instituição que se quer motivada e coesa na busca do pleno desempenho de sua missão. **ep**

ESPAÇO DE EXPOSIÇÕES GANHA NOME DE AMINA PAULA BARROS



HOMENAGEM: momento em que é descerrada a placa marcando a abertura da galeria

Depois da icônica Maria Firmina dos Reis, outra maranhense à frente de seu tempo ganhou o reconhecimento por parte do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA). Inaugurada no ano passado durante o lançamento do projeto “TCE Cultural”, a galeria de arte da instituição recebeu, nesta segunda-feira (25), o nome da pintora maranhense Amina Paula Barros, a primeira maranhense a assumir profissionalmente a carreira de artista plástica.

Destaque da programação cultural da I Jornada Maranhense de Controle Externo, a inauguração contou com representantes de várias gerações de familiares da homenageada, entre os quais a filha Francinete Paula Barros, que, aos 101 anos, foi escolhida para descerrar a placa comemorativa, ao lado do presidente do TCE, conselheiro Washington de Oliveira.

A ocasião foi marcada também pela abertura de exposição de pinturas produzidas exclusivamente por pintoras maranhense, reforçando a proposta de estímulo ao protagonismo feminino. Compareceram com suas obras as artistas Marlene Barros, Rosilan Garrido, Raimunda Fortes, Clara Vidotti, Kels Cilene, Christian, Gabriela Moreira, M. Paula Barros e Aretha Ramos.

Lançado no final do ano passado para fomentar o interesse pela arte e cultura no ambiente da corte de contas maranhense, o projeto “TCE Cultural” deu, com a iniciativa, mais um passo para sua consolidação no cenário cultural. “Esperamos, por meio de ações como essa, contribuir

de forma efetiva para a compreensão da cultura como fator de humanização e inclusão social”, observa o coordenador do projeto, Claudio Pinheiro.

Segundo ele, a ação reafirma o objetivo principal do “TCE Cultural”, que é implementar um projeto amplo de valorização dos talentos internos e reforçar os canais de diálogo com a sociedade por meio da cultura. “Um projeto cultural em um órgão que não é voltado para a execução de projetos culturais não se choca com a missão do órgão, mas amplia a sua visão, o que para nós é uma marca de gestão”, analisa.

“Recebemos com muita honra, alegria e gratidão eterna essa iniciativa do Tribunal, que valorizou a figura feminina na pessoa de minha avó, Amina Paula Barros, uma precursora da arte e da cultura no Maranhão. Acreditamos que a recuperação desse exemplo serve como incentivo às mulheres no sentido da iniciativa e do espírito empreendedor”, avaliou a neta da homenageada, Maria de Lourdes Almeida.

Para o presidente do TCE, Washington de Oliveira, iniciativas na área da cultura têm o potencial de tornar a instituição mais rica e consciente da riqueza da comunidade na qual está inserido e à qual se destina seu trabalho. “A cultura tem o poder de tornar mais forte nosso sentimento de pertencer a uma terra, a um povo em toda sua singularidade. Para nós é uma grande alegria estar aqui hoje participando de uma justa homenagem a essa mulher pioneira”, afirma. ©p

SUVID MARCA PRESENÇA COM AGENDA DE SERVIÇOS E ATIVIDADES

Dentre as ações promovidas pela I Jornada de Controle Externo ganharam destaque as atividades realizadas pela Superintendência de Qualidade de Vida (Suvid) do TCE-MA, no segundo dia de programação. Foram oferecidos, entre outros, serviços como orientações médicas, nutricionais, fisioterapêuticas e de prevenção à AIDS; aplicação de vacinas para hepatite b, febre amarela, difteria e tétano; realização de teste rápido do tipo RT-PCR, teste de glicemia, teste de hepatite e aferição de pressão arterial, além de ginástica laboral.

“O número expressivo de servidores presentes no hall de entrada do prédio principal do TCE e no auditório nos mostrou o acerto da iniciativa. Nossa intenção é melhorar a qualidade de vida dentro do ambiente de trabalho, além de contribuir com a Jornada de Controle Externo”, disse a supervisora de Qualidade de Vida, Venina Vale.

Rayna Castelo Branco, enfermeira do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) do Lira, voltado para re-

alização de testagens e tratamentos de DSTs, acompanhamento de pessoas que vivem com HIV, esteve presente no TCE para esclarecimentos ao corpo funcional. “Entre os serviços oferecidos pelo centro estão os testes para detecção do vírus HIV, sífilis e hepatites, exames e atividades de prevenção e aconselhamento, a fim de evitar a transmissão do vírus da AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis”, esclarece a profissional, lembrando que os CTAs funcionam de 08h às 17h e que também desenvolvem um trabalho educativo junto às populações mais vulneráveis.

Ao final das atividades, foram registrados 35 atendimentos nutricionais; cinco atendimentos médicos; entregues 900 preservativos; feitas 50 orientações sobre DSTs; realizados 29 testes de Covid (todos negativos); 21 atendimentos de auriculoterapia; 40 atendimentos de massoterapia; 78 testes de glicemia; 84 medições de pressão arterial; 22 vacinações de gripe e nove de outras imunizações; e distribuídas 20 unidades de autotestes de HIV. ©p



ATENDIMENTO a servidor: TCE contou com o apoio da Secretaria de Saúde da capital

TCE ENTREGA SALAS PARA ADVOGADOS E CONTADORES



CONTADORES e advogados comemoram a realização de uma antiga aspiração das duas categorias

Para duas entidades cuja atuação é fundamental para o trabalho dos Tribunais de Contas, a I Jornada de Controle Externo teve o sabor de realização de um antigo sonho. Contadores e advogados que exercem suas atividades junto aos fiscalizados do TCE maranhense contam a partir de agora com sala própria na sede do órgão para desempenho de suas funções.

Antiga aspiração das duas categorias, as Salas do Advogado e do Contador foram entregues no primeiro dia da Jornada pelo presidente Washington de Oliveira, como parte da programação, aos dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Maranhão (OAB-MA), e do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-MA).

A entrega e inauguração das salas foi a primeira atividade após a abertura do evento, cerimônia que contou com a presença dos dirigentes das duas entidades na mesa de honra. A presidente do CRC-MA, Ana Lígia Coelho Martins, e a vice-presidente da OAB-MA, Tatiana Maria Pereira Costa, tiveram a palavra franqueada durante a cerimônia, quando manifestaram sua satisfação em ver atendida essa antiga reivindicação pela atual gestão do TCE. A presidente do CRC lembrou ainda a coincidência de a entrega da Sala do Contador se dar na data em



que se comemora o Dia Nacional do Profissional de Contabilidade

Prática amplamente disseminada em várias instituições que interagem com o trabalho dessas duas categorias profissionais, a instalação da Sala do Advogado e da Sala do Contador nas dependências da corte de contas maranhenses representa mais um esforço do órgão no sentido do aperfeiçoamento permanente de suas relações interinstitucionais.

“Trata-se de duas categorias imprescindíveis ao Estado Democrático de Direito e, em especial, ao desempenho das atividades dos Tribunais de Contas, por isso é grande nossa satisfação em contribuir para que seu trabalho se dê dentro das melhores condições possíveis”, afirmou o presidente do TCE, conselheiro Washington de Oliveira. @p

PALESTRA DE PRESIDENTE DA ANACE É DESTAQUE DA PROGRAMAÇÃO

Em continuidade à programação da I Jornada de Controle Externo do TCE-MA, foi realizada na manhã do dia 27, no Auditório do TCE, a palestra “Novos Parâmetros Legislativos e Jurisprudências no Controle da Administração Pública: impactos na atuação dos Tribunais de Contas”.

A palestra foi ministrada pelo auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE) e presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo do Brasil (ANTC), Ismar dos Santos Viana.

Viana também é advogado, professor universitário, Mestre e Doutorando em Direito Administrativo (PUC-SP), membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN) e autor do livro “Fundamentos do Processo de Controle Externo”.

Em sua exposição, Ismar Viana abordou diversos aspectos ligados às recentes alterações ocorridas em vários dispositivos legais, a exemplo da nova Lei de Licitações e Contratos, e os impactos causados nas atividades dos ór-

gãos de controle externo.

Para Ismar Viana, a atuação dos órgãos de controle externo deve ser pautada pela estrita estrita aos parâmetros legais e ter como foco o cumprimento de sua missão institucional em nível de excelência como forma de manutenção da credibilidade junto aos cidadãos.

O palestrante também destacou que o ambiente complexo e dinâmico em que atuam os órgãos de controle externo deve mobilizar as instituições e os seus integrantes a refletir constantemente sobre o papel que lhes cabe e as melhores formas de melhor aproveitar as oportunidades e superar as adversidades nesse campo da institucionalidade pública.

A palestra de Ismar Viana foi seguida de debate com o público do qual participaram a procuradora do Ministério Público de Contas (MPC), Flávia Gonzalez Leite; o secretário de fiscalização do TCE, Fábio Alex de Melo; a auditora de controle externo Kels-Cilene Pereira de Carvalho e o auditor de controle externo João da Silva Neto, gestor da Unidade de Controle Interno do TCE (UCInt).



PALESTRANTE destacou necessidade de reflexão constante por parte dos integrantes das cortes de contas brasileiras sobre seu papel diante de cenário dinâmico e desafiador

AUDITORES e convidados envolvidos na programação do dia, onde o controle social ganhou destaque especial



A HORA E A VEZ DO CONTROLE SOCIAL

Para que os conselhos municipais de controle social alcancem maior efetividade em sua atuação a primeira coisa a ser feita é capacitar seus membros de forma adequada. Ao mesmo tempo, é necessário que órgãos como o Tribunal de Contas exijam dos gestores que os municípios deem condições de trabalho para esses conselheiros.

Para a especialista e veterana ativista das Conferências de Controle Social (Consocial), Magda Gonçalves, essas são tarefas imediatas para que os conselhos municipais de acompanhamento de políticas públicas voltem a exercer o papel preponderante que já desempenharam. O tema foi discutido na programação da I Jornada de Controle Externo, durante o painel “Controle Social e Controle Externo: uma relação de complementariedade na promoção da transparência pública e na (re)construção da cidadania”.

Tecnóloga em Gestão Pública, especialista em Micro-política da Gestão e do Trabalho em Saúde, Conselheira Estadual de Saúde e Representante do Maranhão na Plenária Nacional de Conselhos, Magda Aparecida Gonçalves foi a responsável pela apresentação do tema, tendo como debatedores Antônio Ribeiro Neto, auditor do TCE, e João Maria Van Damme, presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea.

Ao lado dos outros mecanismos legais que garantem a participação dos cidadãos no controle das políticas públicas, ficou claro que os conselhos detêm um grande potencial para atuar como autênticos “parceiros” dos órgãos de controle, em especial dos Tribunais de Contas. No entanto, é preciso que, em primeiro lugar, os próprios Tribunais reconheçam essa relação de parceria como algo estratégico.

Esse reconhecimento, por sua vez, precisa se traduzir em ações concretas, como a exigência da assinatura dos representantes dos conselhos municipais nas prestações de contas para que estas tenham validade junto às cortes de contas. “Uma prática que existiu até pouco tempo e que

precisa ser recuperada”, destacou Antônio Ribeiro Neto, que lidera um dos núcleos de Fiscalização do TCE. “É preciso que os órgãos de controle e de gestão estadual e federal recorram aos conselhos para saber se os conselheiros estão de fato acompanhando o que está sendo executado no município”, lembrou Magda Gonçalves.

Mediador do Painel, o secretário de Gestão do TCE, Bernardo Leal, avalia que a inclusão do tema na programação da I Jornada de Controle Externo demonstra o quanto a questão do controle social está na agenda da corte de contas maranhense, em sintonia com o sistema Tribunais de Contas no plano nacional, que vem debatendo o tema intensamente.

No Maranhão, o controle social também está em pauta por meio da Rede de Controle da Gestão Pública, que concebeu e realizou as audiências de Controle Público e Cidadania. Ao longo de uma década, foram visitados dezenas de municípios pólo, em encontros de capacitação visando a formação do que se convencionou chamar de “auditores sociais”.

O dia do Controle Social na programação da Jornada foi complementado por uma segundo painel, dessa vez abordando as ferramentas eletrônicas disponíveis no Tribunal, com destaque para o Portal do Controle Social. O painel foi apresentado pelo secretário de Tecnologia e Inovação do TCE, Renan Coelho de Oliveira, tendo como debatedores a auditora Kels-Cilene Pereira de Carvalho e a Procuradora de Contas, Flávia Gonzalez Leite.

“Com essa manhã destinada ao Controle Social, demonstramos que o TCE maranhense encara o controle social como um fator decisivo para o sucesso de sua missão que, em síntese, é garantir a qualidade do gasto público, fazendo com que as políticas públicas sejam acompanhadas e corrigidas sempre que necessário. O controle dos gastos públicos é uma tarefa coletiva que se dá de forma colaborativa entre coletividade e órgãos de controle”, observou o presidente do TCE, conselheiro Washington de Oliveira. ©p

“UM PROCESSO DE CONTAS MAIS ÁGIL E EFETIVO”

O secretário de Tecnologia e Inovação do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, Renan Coelho de Oliveira, proferiu na I Jornada de Controle Externo do TCE, a palestra “Ferramentas Eletrônicas disponíveis no TCE/MA – Apresentação Portal do Controle Social”.

Na entrevista a seguir, o secretário analisa, entre outros aspectos, de que forma a Tecnologia da Informação pode contribuir para que a atuação do controle externo seja cada vez mais ágil e efetiva. Confira.

Como o TCE tem feito uso dos recursos da tecnologia da informação nas atividades inerentes ao controle externo?

Com vistas à melhoria da eficiência na aplicação de recursos públicos, o TCE maranhense tem revisto os seus processos de trabalho. Essa revisão tem abordado as etapas do rito do processo de contas – do nascedouro ao encerramento –, de modo a permitir realizarmos entregas adequadas, suficientes e céleres, ou seja, dar ao cliente o que ele espera, no nível de qualidade e no tempo esperado.

Para tanto, procedemos à revisão do portfólio de sistemas do, ajustando-os às reais necessidades do controle externo, e estamos voltando a nossa força produtiva para ferramentas eletrônicas que facilitem o trabalho dos atores do processo de contas.

Quais as principais contribuições da tecnologia da informação para que o processo de fiscalização das ações da gestão pública seja cada vez mais efetivo?

Desde 2019, a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), sigla em inglês, tem emitido diretrizes de atuação colaborativa dos órgãos de controle externo para com as entidades fiscalizadas, notadamente com vistas ao alcance da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

O TCE tem realizado alterações estruturantes, tanto na forma de receber os dados das entidades fiscalizadas, como na metodologia de trabalho adotada, pois, em última análise, o interesse público, tal como o cumprimento da Agenda 2030, por exemplo, deve ser objeto de interesse comum do órgão de controle e dos executores de políticas públicas.

Na I Jornada de Controle Externo do TCE o senhor proferiu palestra sobre o Portal do Controle Social. Quais as principais características e funcionalidades dessa ferramenta?

O Portal do Controle Social, disponível em <https://apps.tce.ma.gov.br/portalcontrolesocial/>, é uma ferramenta eletrônica em constante desenvolvimento.

Neste primeiro momento, tomamos por base a necessidade de reunir, em um único endereço eletrônico, todos os dados que o TCE-MA recebe de suas unidades jurisdicionadas/fiscalizadas, além de evidenciar o resultado de algumas



SECRETÁRIO de Tecnologia e Inovação do TCE, Renan Oliveira, durante apresentação na Jornada

das atividades de controle empreendidas pelo TCE. Desta forma, o Portal do Controle Social dispõe de: link para o IBGE Cidades, onde podem ser visualizadas diversas informações sobre o panorama econômico, social etc. dos Municípios do Maranhão; ferramentas de leitura de arquivos de dados encaminhados ao TCE-MA quando da prestação de contas anual (unidades de ensino e estabelecimentos de saúde) e do exercício do controle externo concomitante (planejamento e execução orçamentária, financeira e patrimonial, tal como programas e ações governamentais, empenhos, liquidações, pagamentos, contratações públicas, despesa com pessoal, etc.) e resultados da avaliação dos Portais da Transparência e da avaliação da efetividade da gestão pública municipal.

Fortalecer o controle social é hoje uma das principais metas dos órgãos de controle externo. De que maneira a tecnologia da informação pode contribuir para que esse objetivo seja alcançado?

O TCE maranhense tem plena consciência de que a simples disponibilização de dados abertos e/ou de ferramentas providas por recursos de tecnologia da informação não é suficiente para atender às necessidades do controle social. Faz-se necessário aliar ações educacionais voltadas à formação de controladores sociais.

No que pertine à tecnologia da informação, estamos desenvolvendo painéis de controle, gráficos e dados para serem trabalhados pelos cidadãos e instituições da sociedade. Estamos, também, abertos a ouvir as necessidades dos Conselhos Municipais, de modo a procurar disponibilizar exatamente o que lhes é de interesse. @p

AUTOCONTROLE EMOCIONAL É TEMA DE PAINEL

Como condição essencial no mundo contemporâneo e nas instâncias organizacionais, a saúde mental não poderia ficar de fora na I Jornada de Controle Externo do TCE-MA. O tema foi abordado no painel O Autocontrole Emocional nas Conexões Sociais, conduzido pela professora, palestrante, facilitadora e designer instrucional em temas Comportamentais e Corporativos, Maria de Jesus Silva.

Para a palestrante, falar sobre neurociência, sobre inteligência emocional, é muito oportuno, “principalmente por todo o cenário deixado pela pandemia”. É fato que o mundo tem passado por altos e baixos emocionais muito grandes e o retorno ao trabalho presencial tem sido motivo de sentimentos descontraídos. Todos esses fatores motivaram a organização da Jornada a abordar o tema e montar um painel para debater o assunto.

A resistência ao tema “saúde mental” ainda é uma realidade, não só nas organizações, mas na sociedade como um todo. “O nosso maior desafio profissional é vencer esse estigma. Os homens são os mais resistentes porque associam transtorno mental e seus tratamentos à fraqueza, à fragilidade, muitos tabus foram criados”, esclarece Maria de Jesus.

A Superintendência de Qualidade de Vida (Suvid) do TCE foi representada no painel pela psicóloga Bárbara Rachel Barreto, uma das debatedoras na mesa. Para ela, “o autocontrole emocional é importante em todos os setores da nossa vida, independente de faixa etária, socioeconômica, raça”. Ela ainda destaca o aspecto da qualidade de vida. “Ter autocontrole não quer dizer que não temos emoções, mas que sabemos reconhecê-las, controlá-las e usá-las a nosso favor. Isso melhora nossa qualidade de vida”, enfatiza Bárbara.

O painel teve ainda como debatedor o secretário de Fiscalização, Fábio Alex de Melo, como moderador o secretário-geral, Bruno Almeida, e como presidente da mesa o assessor de Articulação e Relacionamento Institucional da Presidência, João Torres.

A palestrante Maria de Jesus foi incisiva em sua conclusão: “O cenário atual de saúde mental, de pós-pandemia, é um quadro que assusta, sabemos que a depressão também pode ser ocasionada pelo distanciamento. Tornou-se uma preocupação real, e urgente, de saúde pública o desenvolvimento de soluções que possam acolher todos esses nossos problemas”.@p



PALESTRA sobre saúde mental mostrou como é urgente a abordagem do tema nas organizações públicas

GESTÃO DE PESSOAS E TENDÊNCIAS DO CONTROLE EXTERNO BRASILEIRO MARCAM ENCERRAMENTO



A CONEXÃO entre dois temas essenciais conseguiu captar a atenção da plateia no último dia da Jornada

Em clima de conagração e sensação do dever cumprido entre servidores e dirigentes, chegou ao final na sexta-feira (29), a I Jornada de Controle Externo. A programação do último dia do evento teve início com o compartilhamento da bem-sucedida experiência do Tribunal de Contas de Rondônia (TCE-RO) em Gestão de Pessoas. Por meio de exposição feita pela especialista pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Larissa Gomes Cunha, foi possível conhecer o modelo adotado na corte de contas daquele estado, assim como os resultados alcançados, dentro da estratégia de compartilhamento de boas práticas em uso entre os Tribunais de Contas.

A mediação foi de Lisangela Miranda Silva (Supervisora SUDEC), tendo como debatedores os auditores Francisco Moreno Dutra, atual gestor da Unidade de Gestão de Pessoas (UNGEP) e Bernardo Felipe Leal (Secretário de Gestão).

Psicóloga de formação, Mestre em Administração pela UNIR Universidade Federal de Rondônia, Larissa Cunha também é Técnica Administrativa e Chefe da Divisão de Gestão de Desempenho TCE-RO.

DESAFIOS – Secretário do Tribunal de Contas da União (TCU) no Maranhão e coordenador da Rede de Controle da Gestão Pública no estado, o auditor Alexandre Walraven foi o responsável pela condução do último painel do dia, apresentando o tema “Desafios do Controle na Administração Pública: Atualidades e tendências no contro-

le externo brasileiro”.

Atuou como moderador o auditor Antônio Ribeiro Neto, líder de um dos núcleos de fiscalização do TCE, e como debatedores, o presidente Washington Luiz de Oliveira e o auditor Fábio Alex de Melo, secretário de Fiscalização do órgão.

Walraven enfatizou que o controle externo está passando por evoluções radicais em sua forma de atuação, seja na forma de realizar auditorias, seja na maneira de se obter informações que permitam direcionar melhor os “alvos” dessas auditorias e outras ações de controle. “O uso intensivo da Inteligência Artificial, o compartilhamento e análise de grandes bases de dados e a aplicação de algoritmos cognitivos permite uma melhor seleção dos objetos de controle”, lembrou.

Além disso, observou, ferramentas que analisam milhares de pregões quase simultaneamente, o que demandaria inúmeros auditores durante grande intervalo de tempo, permite que licitações com indícios de irregularidade sejam suspensas ou canceladas antes que gerem prejuízos.

De acordo com o secretário, a mudança do perfil do auditor de controle externo e a adoção de um posicionamento de permanente evolução permite que este profissional passe a entender e dominar tecnologias de vanguarda, ganhando produtividade sem que se deixe de valorizar o olhar humanizado que é imprescindível para garantir o sucesso nas ações de controle. ©P

CULTURA EM ALTA

Frutos de uma política de gestão que valoriza e prestigia as artes, eventos culturais são realizados com entusiasmo pelo TCE-MA

João Carlos Pimentel Cantanhede é técnico do TCE-MA, mas se destaca também como literato que é. Professor, escritor e mestre em Artes Visuais e foi o protagonista de dois momentos culturais em março nas dependências do tribunal maranhense, em iniciativas do projeto TCE Cultural.

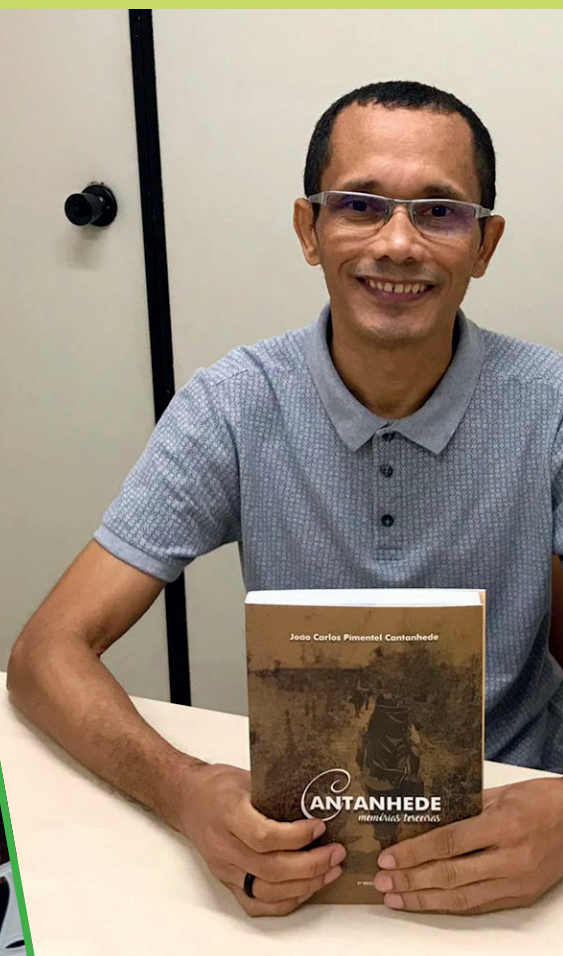
O escritor ministrou palestra com o tema “A Semana de Arte Moderna e o Modernismo no Maranhão” e lançou seu livro “CANTANHEDE – memórias terceiras”. A palestra abordou os tópicos: a Semana de Arte Moderna e a ausência de impacto no Maranhão nas primeiras décadas após a sua realização em São Paulo; o Modernismo artístico no Maranhão na década de 1940, características, principais representantes, obras, eventos, apoio ou rejeição do público e da mídia.

Sobre o livro, o próprio João Carlos Pimentel nos dá mais detalhes: “As histórias e o recorte temporal contemplados vão do início do século XVIII ao final do terceiro quartel do século XX, tendo como base de pesquisa a memória oral e fontes primárias como os livros de batismo, de casamento e de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru Mirim, além de alguns outros livros”, explica.

O livro “CANTANHEDE – memórias terceiras” é um misto de memórias, romance, crônicas e contos narran-

“AS HISTÓRIAS E O RECORTE TEMPORAL CONTEMPLADOS NO LIVRO VÃO DO INÍCIO DO SÉCULO XVIII AO FINAL DO TERCEIRO QUARTEL DO SÉCULO XX.”

João Carlos Pimentel
Artista visual e pesquisador



do fatos ligados a diversos aspectos das cidades de Itapecuru Mirim e Cantanhede, principalmente da vida no campo, e tem como fio condutor a família Cantanhede no Maranhão.

A obra contempla uma variedade grande de assuntos como: festas, casamentos, música, o rio Itapecuru, Semana Santa, o Trem São Luís - Teresina, religiosidade e crenças populares, comidas e vaquejada. A primeira edição foi lançada em 2010, após dois anos de pesquisa em São Luís, Itapecuru Mirim, Cantanhede, Pirapemas, Matões do Norte e Coroatá.

“A realização desta ação, composta pela palestra sobre A Semana de Arte Moderna e o Modernismo no Maranhão e pelo lançamento do livro “Memórias Terceiras”, do autor João Carlos Pimentel, significa a valorização dos talentos internos do Tribunal, além do compromisso de sedimentar uma nova instância de diálogo com a sociedade”, disse o presidente do TCE-MA, conselheiro Washington Oliveira, na abertura dos eventos.

O coordenador do projeto TCE Cultural, Cláudio Pينهو, nos falou sobre os eventos e o projeto. “Esta é a primeira ação do ano de 2022 do TCE cultural. Seguindo nossa linha embrionária, a ideia é valorizar os talentos da casa, oportunizando visibilidade pelo aspecto artístico, divulgando a produção maranhense”. Ele ainda destaca que o TCE-MA foi um dos primeiros no Maranhão a abordar o tema da Semana de Arte Moderna, que comemora seu centenário este ano. Cláudio também destacou a importância da arte no desenvolvimento institucional: “Reconhecemos a cultura como sendo um dos grandes traços da identidade do povo do Maranhão. É com grande satisfação que apresentamos ao corpo funcional do TCE e convidados um evento de tão grande significado simbólico”.

Para o artista João Carlos Pimentel, a experiência foi importante e positiva. “Ficamos felizes de ver a participação de parte do corpo funcional do Tribunal se interessar pelos fazeres artísticos. Agradecemos a todos os envolvidos, à Escola de Contas, ao TCE Cultural, enfim às pessoas que tornaram este momento possível”, afirmou o escritor.

O ARTISTA - João Carlos Pimentel licenciou-se em Educação Artística - UFMA, em 2001. Possui Especialização em História do Maranhão – UEMA (2005); e Mestrado em Artes pelo ProfArtes – UFMA (2020).

Participou de várias exposições individuais e coletivas; obteve premiação de 1º Lugar em Pintura no XXVI Concurso Literário e Artístico “Cidade de São Luís”, 2001; Melhor Cartum Maranhense na 2ª e 3ª Mostra Maranhense de Humor, 1999 e 2000; Menção Honrosa em Pintura no XXVII Concurso Literário e Artístico “Cidade de São Luís”, 2002.

É autor dos livros Revivescência (2014); A Cidade e a Memória: as representações artísticas formando a identidade ludovicense”, 2013, em parceria com a professora da Universidade Estadual do Maranhão, Raimunda Fortes; Cantanhede: memórias terceiras, 2010 (1ª edição) e 2021 (2ª edição); e

Veredas Estéticas – fragmentos para uma história social das artes visuais no Maranhão, 2008; e é organizador, conjuntamente com Jucey Santana, da Antologia Púcaro Literário (2017, 2018 e 2021). ©p





Livros de servidor são entregues sem custos à equipe de serviços gerais do tribunal

O técnico do TCE-MA João Carlos Pimentel Cantanhede, professor, escritor e mestre em Artes Visuais, fez doação de 25 exemplares de seu livro “CANTANHEDE – memórias terceiras” aos servidores terceirizados da empresa de Serviços Gerais Maranata. A entrega aconteceu em março, na Biblioteca do tribunal.

“Primeiro eu dei um exemplar para a servidora que faz a limpeza da sala onde trabalho. Daí, tive a ideia de doar para todos do setor de Serviços Gerais. Agendamos com a Maria Teresa Serra Carvalho, responsável pela equipe, e a entrega aconteceu em um momento simples, mas muito gratificante”, disse Pimentel.



INCLUSÃO: responsável pela iniciativa inédita no TCE, João Carlos Pimentel posa com colaboradores terceirizados contemplados com sua obra

“Quero agradecer pelo presente, pela lembrança da nossa equipe e também pelo incentivo da leitura; hoje é raro ver as pessoas lendo”, disse Jaina Maria. Sua colega Lucidalva Rodrigues ressaltou o lado humano da iniciativa: “Valeu pela atenção e pelo carinho, esse gesto nos possibilita ainda acreditar no lado bom do ser humano”.

A iniciativa de João Carlos Pimentel não é um caso isolado. A atual gestão do TCE tem privilegiado as manifestações culturais e incentivado o fazer e o apreciar artístico, promovendo momentos de música, artes visuais, literatura, arte popular, nas próprias dependências da corte maranhense.

O servidor lançou seu livro “CANTANHEDE – memórias terceiras” em março, quando também ministrou palestra com o tema “A Semana de Arte Moderna e o Modernismo no Maranhão”, no que foi a primeira ação do ano de 2022 do TCE Cultural, cuja ideia central é valorizar os talentos da casa, oportunizando visibilidade pelo aspecto artístico, divulgando a produção maranhense.

Outra servidora contemplada com o livro foi Iracielma Costa, que também é ex-aluna, no ensino médio, do professor Pimentel no Centro de Ensino São José Operário, na Cidade Operária. O escritor acredita que essas doações podem ser um incentivo à leitura para os colaboradores do Tribunal.

“Vimos que todos e todas ficaram muito felizes. Sugeri para a líder de Ação Educacional da Biblioteca do TCE-MA, Rossana Jansen, incentivá-los a frequentarem a Biblioteca. Muitas vezes, eles não entram por acharem que não podem”, avalia João Carlos.

Por fim, Neide Barros declarou: “Estou muito agradecida ao escritor João Carlos Pimentel por compartilhar sua história conosco da equipe Maranhata, por lembrar de nós”.

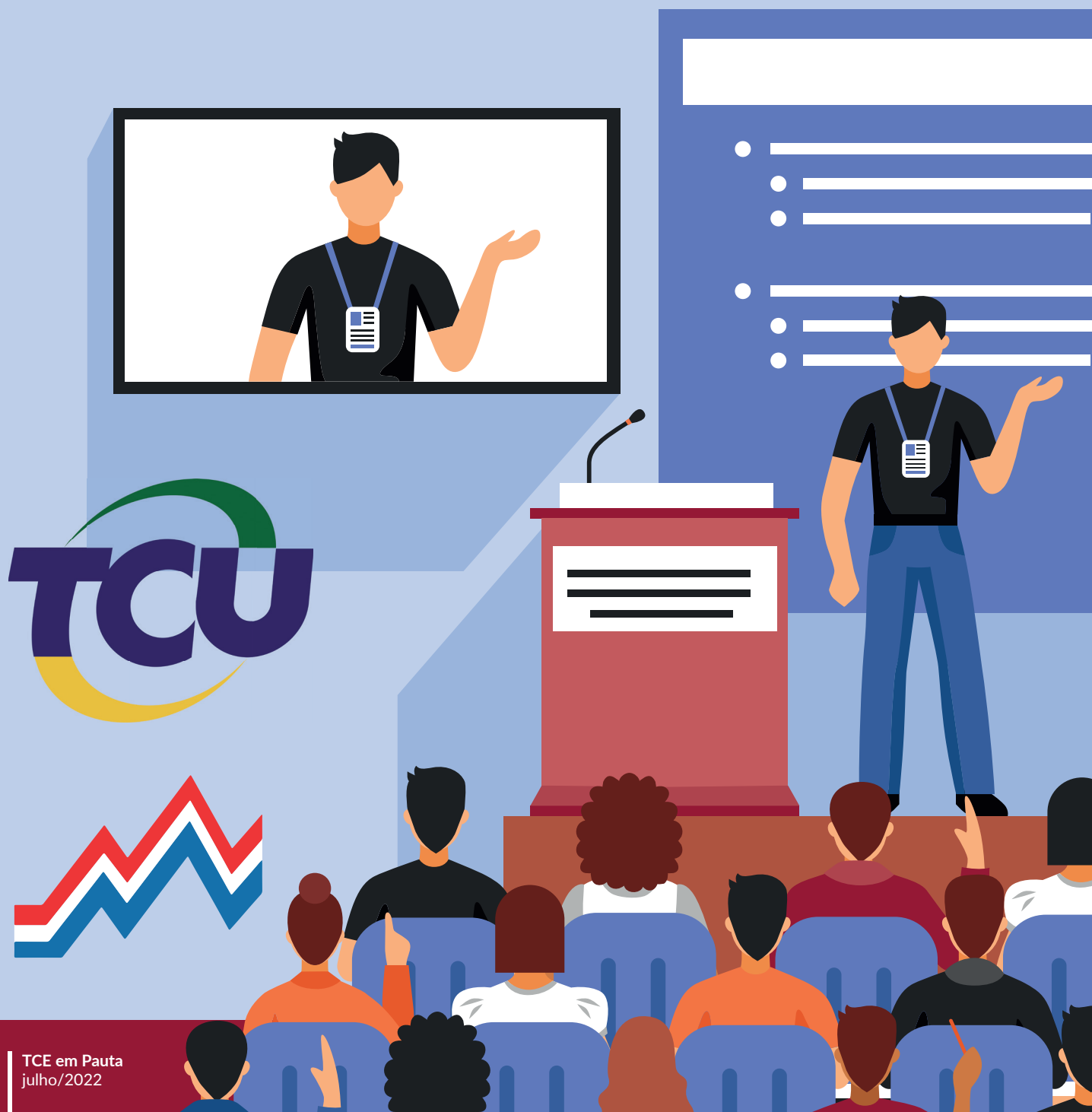
RODA DE CONVERSA

Em seguimento às atividades do projeto Clube de Leitura Maria Firmina dos Reis da Biblioteca TCE - MA com objetivo de incentivar a leitura, foi realizada, no mês de junho, roda de conversa com os mesmos colaboradores da empresa terceirizada Maranhata que receberam o livro “Memórias Terceiras”, doado por Pimentel. Na oportunidade, realizou-se nova doação, desta vez da obra “Mulher e Literatura: da poesia ao poder” pela servidora Rossana Jansen, de sua autoria, para fins de futura roda de conversa com igual público leitor.

“A roda de conversa nos deu a oportunidade de dar nosso ponto de vista sobre o conteúdo do livro. Eu já tenho o hábito de ler, mas a experiência dessa conversa eu nunca tinha tido. Iniciativas como essa incentivam bastante a leitura”, disse a auxiliar de serviços gerais, Natália Lopes Melo. ©P

EXPERIÊNCIA RENOVADA

Rede de Controle planeja volta das audiências de controle após eleições de outubro. Retorno se dará após conclusão de novo projeto pedagógico, aperfeiçoando a experiência de uma década

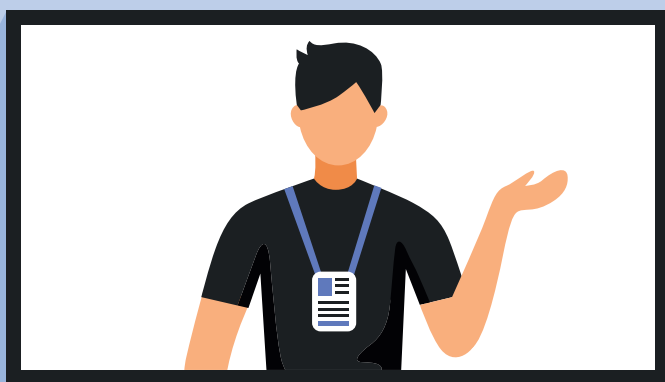
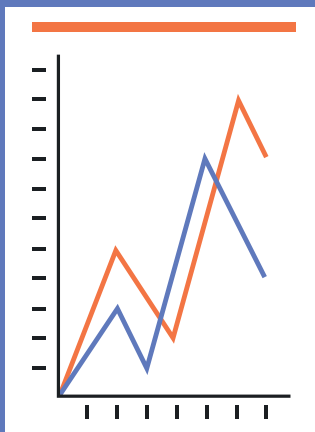


A coordenadoria-executiva da Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão se reuniu, no começo de junho, com o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), conselheiro Washington de Oliveira, em encontro que incluiu ainda o titular da Secretaria Geral do órgão, Bruno Almeida, o secretário de Fiscalização, Fábio Alex de Melo e o auditor, Antônio Ribeiro Neto, líder de Fiscalização do TCE.

Pela Rede de Controle participaram o secretário do Tribunal de Contas da União (TCU) no Maranhão, Alexandre Walraven, o secretário substituto, Leandro Alberto

Brito da Fonseca, e a promotora de Justiça Nahyma Ribeiro Abas, titular da 2ª Promotoria de Justiça Especializada em Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público. O objetivo principal do encontro foi discutir a retomada das Audiências Públicas de Cidadania e Controle Social, uma das mais importantes iniciativas da Rede, reconhecida como uma das mais ativas do país.

A proposta defendida pela Rede e acolhida pela direção da corte é da retomada das audiências logo após as eleições de outubro, dirigindo o evento presencial a municípios polo do Estado, obedecendo a um novo projeto pedagógico. A ideia é aperfeiçoar o formato mantido até então, com intervenções capazes de dar mais efetividade à proposta, do ponto de vista da apropriação do conhecimento por parte do público-alvo.



A IDEIA É APERFEIÇOAR O FORMATO MANTIDO ATÉ ENTÃO, COM INTERVENÇÕES CAPAZES DE DAR MAIS EFETIVIDADE À PROPOSTA, DO PONTO DE VISTA DA APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO POR PARTE DO PÚBLICO-ALVO.





REUNIÃO: marcou o início do esforço conjunto para a rearticulação das audiências públicas



“VÁRIOS ASPECTOS SERÃO AMADURECIDOS A PARTIR DE AGORA, QUANDO DEFINIREMOS O NOVO PROJETO PEDAGÓGICO PARA QUE O PROGRAMA SEJA RETOMADO EM NOVO PATAMAR DE QUALIDADE.”

Washington de Oliveira
Presidente do TCE-MA

“A partir da experiência das oficinas, estamos avaliando a possibilidade de oferecer minicursos por meio de plataformas digitais, cujo conteúdo ficará à disposição dos participantes, basicamente dos conselhos municipais e segmentos organizados da sociedade”, explica o secretário do Tribunal de Contas da União (TCU) no Maranhão, Alexandre Walraven.

Segundo o secretário, o objetivo seria incrementar a participação do cidadão, em sintonia com as diretrizes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas – Atricon, do TCU e dos Tribunais de Contas. “Dessa forma, poderemos fortalecer um programa de estímulo ao controle social, algo tão caro ao atual presidente do TCE maranhense e que tem sido alvo de atenção da Rede de Controle desde 2012, quando houve o 1º evento em São Mateus (MA) e intensificadas a partir de 2013”, lembra.

Nessa retomada, a inovação seria a montagem, possivelmente por meio da Escola Superior de Controle Externo do TCE (Escex), de um portfólio modular de cursos de capacitação para os futuros “auditores sociais”, com carga horária definida e direito a certificado de conclusão. “Todos esses aspectos serão amadurecidos a partir de agora, quando definiremos o novo projeto pedagógico para que o programa seja retomado em novo patamar de qualidade”, afirma o presidente do TCE, Washington de Oliveira. ©p

EM CAMPO NOVAMENTE

Marcando retomada das atividades presenciais, TCE inicia validação de informações do Índice de Efetividade da Gestão Municipal

No contexto da retomada de suas atividades presenciais nos municípios maranhenses, o TCE deu início, na segunda semana de junho, às atividades de validação das informações que compõem o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM).

Os trabalhos foram iniciados pelos municípios de Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís, estendendo-se, na sequência, por uma amostra formada por oitenta municípios de todas as regiões do estado.

Equipes de auditores que integram a Secretaria de Fiscalização do TCE realizarão nesses municípios os procedimentos de validação das informações fornecidas pelos gestores públicos nas áreas de Educação e Saúde.

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) é um indicador de processo utilizado pelos tribunais de contas brasileiros para identificar o grau de aderência da gestão municipal a determinados processos e controles em sete áreas: educação, saúde, gestão fiscal, planejamento, meio ambiente, defesa civil e governança em tecnologia da informação.

O grau de aderência é medido a partir da pontuação atribuída às questões e os processos e controles são aferidos a partir de questionários respondidos pelos gestores municipais. O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) vem sendo aplicado pelo TCE maranhense há seis anos e faz parte da Rede Nacional de Indicadores Públicos (Rede Indicon).

Os dados e informações que compõem o IEGM devem ser utilizados pelos gestores públicos no processo de aperfeiçoamento das ações governamentais, por meio da divulgação dos níveis de desempenho de resultado, ou seja, dos indicadores de eficiência e eficácia das políticas adotadas para atendimento das necessidades da população nos setores de saúde, educação, segurança pública, desenvolvimen-

to econômico, planejamento, gestão fiscal e meio ambiente.

Além dos gestores públicos, o banco de dados constituído pelas informações sistematizadas pelo IEGM pode ser consultado por todos os cidadãos, por meio do Portal do Controle Social, e é utilizado pelo TCE para organizar ações de auditoria, fiscalização e tomadas de contas, entre outros procedimentos.

No cenário das ações de controle externo, um dos aspectos positivos é a contribuição do indicador para o alcance dos objetivos definidos no atual Plano Estratégico do TCE, cuja vigência se estende até 2027, permitindo maior agilidade e dinamismo no cumprimento da missão constitucional da instituição.

De acordo com o secretário de fiscalização do TCE, Fábio Alex de Melo, a validação das informações do IEGM marca o retorno das atividades de fiscalização in loco pelo TCE maranhense, suspensas em razão da pandemia do coronavírus (Covid 19). Na avaliação do secretário, o atual momento já possibilita o retorno dessas ações com a segurança necessária para a proteção da saúde das equipes de profissionais.

“A validação das informações do IEGM é uma importante tarefa do controle externo no sentido de verificar os padrões de trabalho das administrações municipais em dois campos essenciais da gestão pública. Os auditores retornam a campo para realizar essa atividade estratégica e outras ações serão desenvolvidas ao longo do tempo para verificar in loco a atuação dos fiscalizados do TCE”, destacou.

O momento de verificação das informações do IEGM será aproveitado também para validar, junto às administrações municipais, o questionário relativo à infraestrutura escolar, elaborado pelo Núcleo de Fiscalização II do Tribunal. ©p



A POSTOS: equipe técnica do TCE responsável pelas visitas de validação do IEGM em vários municípios maranhense



PEDAGOGIA 2.0



Escola Superior de Controle Externo do TCE aposta no lançamento de ferramentas digitais para turbinar seu projeto pedagógico junto à sociedade, servidores e fiscalizados

“A INTENÇÃO É QUE O NOSSO SITE SEJA A PORTA DE ENTRADA PARA O AMBIENTE DA ESCOLA, PARA O CONHECIMENTO DE SUAS ATIVIDADES.”

Ribamar Nojosa
Gestor da Escex

A Escola Superior de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (Escex) realizou no início de junho, no Auditório do TCE, o lançamento de suas ferramentas digitais: as funcionalidades do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na plataforma Moodle, a biblioteca digital Fórum Conhecimentos e o novo Portal da Escola.

A entrada em operação das ferramentas digitais contribuirá, entre outros aspectos, para que os servidores do TCE tenham acesso ainda maior a informações relativas às suas dinâmicas de trabalho, bem como à diversificação das atividades pedagógicas realizadas pela Escex destinadas à qualificação dos cidadãos e dos fiscalizados do TCE.

O propósito do site é a divulgação da Escola para que tanto o público interno quanto o externo possam consumir os produtos e serviços que a instituição oferece. “A intenção é que o nosso site seja a porta de entrada para o ambiente da Escola, para o conhecimento de suas atividades”, diz o gestor da Escex, Ribamar Nojosa.

Já a biblioteca digital Fórum Conhecimentos é uma plataforma digital que a Escex adquiriu por meio de contratação, onde estão armazenados todos os conteúdos de interesse do TCE-MA. Os servidores terão acesso via login e senha por meio do site da Escola, de forma que a instituição também vai saber quem está usando a plataforma. Lá estão periódicos, livros, títulos da área jurídica.

“Hoje estamos também consolidando o lançamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na plataforma Moodle, que já está servindo, de suporte para o Curso Introdutório ao Programa de Incentivo à Inovação, uma iniciativa da Secretaria de Tecnologia e Inovação (Setin). O AVA vem potencializar o acesso, de forma sistematizada, às capacitações que o Tribunal oferecerá”, completou o gestor da Escex. ©P

LANÇAMENTO DE PROGRAMA DE INCENTIVO À INOVAÇÃO PROMOVE ACESSO À AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM “AVA”

O Programa de Incentivo à Inovação do TCE-MA lançou, dia 1º de junho, o Curso Introdutório ao Programa de Incentivo à Inovação, com o intuito de nivelar o conhecimento no tema e promover o incentivo à construção conjunta de soluções aos problemas do TCE de acordo com os propósitos do Programa.

Na ocasião, foi acessado pela primeira vez o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) preparado pela equipe de Tecnologia da Informação (TI) da Escola Superior de Controle Externo do TCE (Escex) para suporte dos cursos. Os AVA são plataformas que possibilitam a realização de aulas online e facilitam a comunicação entre alunos e professores que estão distantes geograficamente.

O Programa de Incentivo à Inovação, criado pela Setin (Secretaria de Tecnologia e Inovação), pretende promover um ambiente amigável ao desenvolvimento de práticas e soluções inovadoras no âmbito do Tribunal, visando gerar um incremento na percepção de valor da sociedade em relação aos serviços prestados pelo tribunal. O Programa é ligado ao Comitê de Inovação – INOVA, vinculado à Setin

(Secretaria de Tecnologia e Inovação).

O curso é desenvolvido em quatro módulos - Abordagens sobre inovação, O Gerenciamento da Inovação, A Organização Inovadora e O desenho de Processos. O primeiro módulo reuniu uma turma-piloto, formada com o objetivo de constatar o que está pertinente ou não ao programa. “A turma-piloto serve para vermos o que está bom e o que precisa ser melhorado para quando o curso for franqueado maciçamente no Tribunal a gente já ter uma experiência otimizada por esse grupo. É um grande laboratório para aperfeiçoarmos o que será oferecido mais na frente”, diz o facilitador William Jobim, auditor estadual de Controle Externo do TCE-MA.

A turma-piloto é formada basicamente por servidores lotados na Ungep (Unidade de Gestão de Pessoas), mas também por outros servidores, que solicitaram inscrição ao saberem da iniciativa. “A ideia é que todos os setores do tribunal venham a constituir células de melhoria contínua a partir da participação da totalidade dos servidores nas capacitações”, conclui Jobim. ©p

WILLIAM Jobim durante o lançamento do programa: unidades como células de melhoria contínua





MARANHÃO PRESENTE - Marcando a volta dos encontros presenciais da entidade desde 2020, o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), se reuniu, em abril passado, na sede do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-MG), em Belo Horizonte.



Acompanhe nossas **Redes Sociais**



@tce Maranhão



TCEMAOficial



TCE Maranhão



